

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

# PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

## ÁFRICA SUBSARIANA

Um planeta, dois mundos, três realidades

OUT  
2021



Estudos económicos e financeiros

Perspetivas Económicas Regionais

**África Subsariana**

**Um planeta, dois mundos, três realidades**



F U N D O M O N E T Á R I O I N T E R N A C I O N A L

©2021 International Monetary Fund  
Edição em português © 2021 Fundo Monetário Internacional

Cataloging-in-Publication Data  
IMF Library

Names: International Monetary Fund, publisher.

Title: Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa : one planet, two worlds, three stories.

Other titles: Sub-Saharan Africa : one planet, two worlds, three stories. | World economic and financial surveys.

Description: Washington, DC : International Monetary Fund, 2021. | World economic and financial surveys, 0258-7440 | Oct. 2021. | Includes bibliographical references.

Identifiers: ISBN 9781513591933 (English Paper)

9781513592466 (English ePub)

9781513592510 (English WebPDF)

9781513592633 (Portuguese Paper)

9781513599939 (Portuguese ePub)

9781557750228 (Portuguese Web PDF)

Subjects: LCSH: Africa, Sub-Saharan—Economic conditions. | Economic forecasting—Africa, Sub-Saharan. | Economic development—Africa, Sub-Saharan. | Africa, Sub-Saharan—Economic policy.

Classification: LCC HC800.R445 2021

O relatório *Perspetivas económicas regionais: África Subsariana* é publicado duas vezes ao ano, em abril e em outubro, e passa em revista a evolução económica da região. As projeções e considerações de política económica nele apresentadas são as do corpo técnico do FMI e não representam necessariamente os pontos de vista do FMI, do seu Conselho de Administração ou da sua Direção-Geral.

Os pedidos podem ser feitos online, por fax ou por correio:

International Monetary Fund, Publication Services

P.O. Box 92780, Washington, DC 20090 (USA)

Tel.: (202) 623-7430 Fax: (202) 623-7201

Email: [publications@imf.org](mailto:publications@imf.org)

[www.imf.org](http://www.imf.org)

[www.elibrary.imf.org](http://www.elibrary.imf.org)

Todas as edições de *Perspetivas económicas regionais: África Subsariana* podem ser acedidas em:

<https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA>

# Índice

<b>Agradecimentos</b> .....	<b>v</b>
<b>Sumário executivo</b> .....	<b>vi</b>
<b>Um planeta, dois mundos, três realidades</b> .....	<b>1</b>
Uma recuperação tensa .....	1
Incerteza acrescida .....	5
Um planeta .....	6
Dois mundos .....	7
Três realidades .....	9
O caminho para o futuro: garantir o lugar da região num mundo em transformação .....	17
<b>Apêndice estatístico</b> .....	<b>28</b>
<b>Caixas</b>	
Caixa 1. Inflação alimentar na África Subariana .....	22
Caixa 2. Alocação de Direitos de Saque Especial: Uma esperança para a África Subariana .....	23
Caixa 3. Fixação dos preços do carbono: Implicações para a África Subariana .....	24
Caixa 4. Fornecimento e distribuição de vacinas da Covid-19 na África Subariana .....	26
Caixa 5. Destaques da atuação do FMI na África Subariana .....	27
<b>Gráficos</b>	
Gráfico 1. África Subariana: Novos casos confirmados de Covid-19 .....	1
Gráfico 2. África Subariana: Medidas de contenção e atividade, 2020–21 .....	1
Gráfico 3. África Subariana: Crescimento homólogo do PIB real numa base móvel trimestral, dados e previsões de muito curto prazo .....	2
Gráfico 4. África Subariana: Termos de troca .....	3
Gráfico 5. Diferenciais do índice EMBI de obrigações dos mercados emergentes .....	3
Gráfico 6. África Subariana: Entradas selecionadas .....	3
Gráfico 7. Revisões do crescimento do PIB real desde abril de 2021 .....	4
Gráfico 8. Desigualdade nas vacinas da Covid-19 .....	5
Gráfico 9. Economias selecionadas: Crescimento do PIB real per capita, 2019–24 .....	7
Gráfico 10. África Subariana: Saldo orçamental e dívida pública, média, 2019–24 .....	8
Gráfico 11. Economias selecionadas: Saldo da conta corrente, 2019–25 .....	8
Gráfico 12. África Subariana: PIB real per capita, 2019–24 .....	9
Gráfico 13. África Subariana: Variações no crescimento do PIB real e no saldo orçamental .....	9
Gráfico 14. África Subariana: Variação no saldo orçamental, 2021–25 .....	9
Gráfico 15. África Subariana: Hiato das projeções de crescimento .....	10
Gráfico 16. África Subariana: Desigualdade geográfica, 2019–20 .....	11
Gráfico 17. Trilema de política orçamental .....	11

Gráfico 18. África Subsariana: Estado de risco da dívida dos países em desenvolvimento de baixo rendimento elegíveis ao PRGT, 2015–21 . . . . .	12
Gráfico 19. Economias selecionadas: Receitas fiscais não extrativas . . . . .	12
Gráfico 20. Economias selecionadas: Inflação dos preços no consumidor, 2019–22. . . . .	14
Gráfico 21. África Subsariana: Variações nas taxas diretores, janeiro–agosto de 2021. . . . .	15
Gráfico 22. África Subsariana: Pressão do mercado cambial, 2020–21 . . . . .	16
Gráfico 23. Economias selecionadas: Rácio entre o crédito malparado e o total do crédito bruto . . . . .	16
Gráfico 24. Economias selecionadas: População, 1800–2100 . . . . .	18
Gráfico 25. África Subsariana: Vulnerabilidade às alterações climáticas, 2019 . . . . .	19

### Quadros do apêndice estatístico

AE1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor, média . . . . .	31
AE2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública. . . . .	32
AE3. Moeda em sentido lato e balança corrente externa, incl. donativos. . . . .	33
AE4. Dívida externa pública por devedor e reservas . . . . .	34

## Agradecimentos

A edição de outubro de 2021 do relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* foi preparada por uma equipa liderada por Shushanik Hakobyan sob a supervisão de Papa N'Diaye, Aqib Aslam e Andrew Tiffin.

A equipa foi composta por Hany Abdel-Latif, Seung Mo Choi, Habtamu Fuje, Cleary Haines, Franck Ouattara e Henry Rawlings.

Charlotte Vazquez foi responsável pela produção do relatório, com a assistência de Erick Trejo Guevara.

A edição final e produção foram supervisionadas por Cheryl Toksoz, do Departamento de Comunicação.

As seguintes convenções foram utilizadas nesta publicação:

- Nas tabelas, uma célula em branco indica “não se aplica”; a elipse (. . .) indica “dados não disponíveis” e 0 ou 0,0 indicam “zero” ou “negligenciável”. Pequenas discrepâncias entre os totais e a soma das suas componentes devem-se a arredondamentos.
- O sinal (–) entre anos ou meses (por exemplo, 2019–20 ou janeiro–junho) indica o período coberto, do primeiro ao último ano ou mês; o sinal (/) entre anos ou meses (por exemplo, 2005/06) indica um exercício orçamental ou financeiro, assim como a abreviatura EF (por exemplo, EF 2006).
- “Bilião” significa um milhão de milhões.
- “Ponto base” significa um centésimo de 1 ponto percentual (por exemplo, 25 pontos base equivalem a um quarto de 1 ponto percentual).

# Sumário Executivo

## Um planeta

O mundo continua a braços com a pandemia e a rápida evolução das alterações climáticas, o que sublinha a necessidade de reforçar a cooperação e o diálogo a nível mundial. As soluções para estes problemas globais têm de envolver todos os países e todas as regiões, incluindo a África Subsariana, que tem a menor percentagem de população vacinada, o potencial mais promissor em matéria de energias renováveis e ecossistemas críticos.

## Dois mundos

A África Subsariana deverá crescer 3,7% em 2021 e 3,8% em 2022. Esta retoma é muito bem-vinda e resulta, sobretudo, de um significativo aumento do comércio mundial e dos preços das matérias-primas. As colheitas favoráveis também contribuíram para a subida da produção agrícola. Contudo, prevê-se que a recuperação seja mais lenta do que nas economias avançadas, conduzindo a um crescente fosso ao nível dos rendimentos. Esta divergência deverá persistir a médio prazo, refletindo, em parte, o diferente grau de acesso às vacinas, mas também diferenças abismais na disponibilidade de políticas de apoio.

As perspetivas permanecem extremamente incertas e os riscos tendem a ser descendentes. A recuperação depende, em especial, da evolução da pandemia a nível mundial e do esforço de vacinação à escala regional, sendo igualmente vulnerável a perturbações na atividade mundial e nos mercados financeiros.

## Três realidades

Em primeiro lugar, a divergência e a desigualdade à escala mundial também estão espelhadas dentro da África Subsariana. Uma vez mais, as diferenças entre as economias da região refletem, em parte, as diferenças ao nível da vacinação e das políticas de apoio. Contudo, a crise também revelou disparidades importantes em termos de resiliência, ampliando as vulnerabilidades preexistentes e acentuando as divergências dentro da região. Comparando países ricos em recursos com países não ricos em recursos, a estrutura económica diversificada destes últimos não só atenuou o impacto da crise, como também lhes permitiu adaptarem-se de forma relativamente célere.

Além disso, o aumento da divergência entre países tem sido acompanhado pela divergência dentro dos próprios países, uma vez que a pandemia afetou de forma particularmente severa as pessoas mais vulneráveis na região. Com cerca de 30 milhões de pessoas a caírem na pobreza extrema, a crise não só acentuou a desigualdade entre grupos de rendimento, como também entre regiões geográficas subnacionais, o que poderá agravar o risco de tensões sociais e instabilidade política. Neste contexto, a subida da inflação dos preços dos alimentos, conjugada com a quebra dos rendimentos, está a pôr em risco as conquistas alcançadas nos domínios da pobreza, saúde e segurança alimentar.

Em segundo lugar, com o evoluir da pandemia, as autoridades na África Subsariana viram-se confrontadas com um enquadramento de políticas cada vez mais difícil e complexo. Os decisores políticos deparam-se com três importantes desafios orçamentais: 1) fazer face às necessidades prementes em matéria de despesas de desenvolvimento, 2) conter a dívida pública e 3) mobilizar as receitas fiscais num contexto em que as medidas adicionais são, por norma, impopulares.

Nunca foi fácil cumprir estes objetivos e é algo que implica um difícil exercício de equilíbrio. Porém, esta crise tornou a tarefa ainda mais exigente.

A política monetária também tem estado condicionada. Ao nível da região, a inflação média está em vias de subir ligeiramente em 2021, mas depois deve abrandar em 2022, com a resolução dos desfasamentos provocados pela pandemia e a moderação dos preços das matérias-primas. Mas, olhando para o futuro, à medida que as economias começam a recuperar, o contexto para a política monetária irá evoluir e, provavelmente, espelhar uma crescente heterogeneidade regional.

Em terceiro lugar, a crise sublinhou a importância fundamental da solidariedade e apoio internacionais. Relativamente à Covid-19 em especial, a ameaça de novas variantes torna evidente a necessidade de uma resposta global, com uma ênfase especial nas pessoas não vacinadas em África. O FMI propôs um plano para vacinar pelo menos 40% da população total de todos os países até ao final de 2021 e 70% até ao final do primeiro semestre de 2022. Estes objetivos

são ambiciosos para a África Subsariana e irão exigir uma mudança acentuada de estratégia por parte das economias avançadas e dos países da região.

Em termos mais gerais, sem financiamento externo e assistência técnica, as trajetórias de recuperação divergentes entre a África Subsariana e o resto do mundo poderão tornar-se fissuras permanentes, comprometendo décadas de árduos progressos. Até agora, as organizações internacionais e os doadores têm atuado de forma célere para prestar apoio à região. Contudo, são urgentes mais ações multilaterais, dadas as acrescidas necessidades de financiamento da região e o alargamento do fosso em relação ao resto do mundo. A alocação de direitos de saque especiais (DSE) em agosto reforçou as reservas da região, aliviando algum do peso sobre as autoridades à medida que estas conduzem os seus países rumo à recuperação. Daqui para a frente, a canalização voluntária de DSE dos países com fortes posições externas para aqueles mais necessitados pode maximizar o impacto da nova alocação de DSE. De igual modo, a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI, na sigla em inglês) deu o espaço de manobra tão necessário e foi prorrogada até ao final de 2021. No entanto, este é o momento oportuno para operacionalizar completamente o Quadro Comum.

Em relação ao futuro, o potencial da região mantém-se intacto. Ao longo das próximas três décadas, a população mundial deverá crescer cerca de 2 mil milhões de pessoas, sendo que só a África Subsariana será responsável por metade desse aumento. Isto representa o maior desafio da região, mas também constitui, porventura, a sua maior oportunidade: traduz um crescente conjunto de talento e criatividade humana, com mil milhões de pessoas a interagirem e procurando novas formas de se valorizarem a si e às suas comunidades.

O aproveitamento deste potencial irá exigir reformas transformadoras arrojadas. Porém, a ameaça das alterações climáticas e o processo de transição energética à escala mundial também significam que a África Subsariana talvez tenha de adotar um modelo de crescimento substancialmente diferente.

Embora a região seja a que menos contribui para as emissões de dióxido de carbono – menos de 3% do total de emissões globais – é, porventura, a mais vulnerável aos choques relacionados com o clima. Assim, os decisores políticos na África Subsariana terão de responder às alterações climáticas através de uma combinação de medidas de adaptação e mitigação. Infelizmente, ambas são dispendiosas.

Ainda que sejam elevados, estes custos são significativamente inferiores aos custos da inação. Sem estas despesas, a África Subsariana poderá ser confrontada com um número crescente de emergências humanitárias relacionadas com o clima, que desviam a atenção das autoridades do desenvolvimento a longo prazo e condicionam a capacidade da região para se inserir na economia mundial. Perante poucas opções, a mobilização de financiamento externo tanto junto de fontes públicas como privadas será uma prioridade essencial para a maioria dos países da África Subsariana. Se for bem sucedida, a região estará preparada para cumprir a promessa do século africano, contribuindo para um futuro mais próspero e verde.

# Um planeta, dois mundos, três realidades

## UMA RECUPERAÇÃO TENSA

**Apesar de alguns sinais encorajadores, mais um ano difícil**

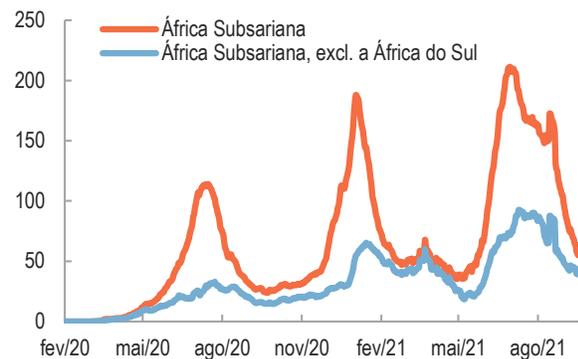
### *Uma nova vaga*

A África Subsariana estava a braços com uma crise sanitária sem precedentes há pouco mais de um ano, em meados de 2020: as infeções de Covid-19 superavam os 100.000 casos por semana e os sistemas de saúde locais estavam sob uma enorme pressão. Contudo, as ações céleres por parte das autoridades ajudaram a prevenir as taxas de infeção registadas noutras regiões. À medida que o número de novos casos começou a diminuir, as esperanças foram depositadas numa reabertura cuidadosa que permitisse a recuperação gradual da atividade económica e do crescimento.

No entanto, os últimos 18 meses tiveram um rumo muito diferente. Em janeiro de 2021, apenas seis meses após a crise inicial, a região enfrentou uma **segunda vaga** que rapidamente superou a escala e a velocidade da primeira, com os países confrontados com a variante Beta do vírus, uma nova variante mais infecciosa. Seis meses mais tarde, em julho, a África Subsariana enfrentou uma **terceira vaga** e uma variante ainda mais perigosa, a Delta. As infeções ascenderam a mais de 210.000 novos casos por semana – o triplo ou o quádruplo dos máximos de janeiro em alguns países (Gráfico 1). Tendo em conta os aumentos súbitos recorrentes de país para país, não parece haver motivo para acreditar que a pandemia já passou.

### Gráfico 1. África Subsariana: Novos casos confirmados de Covid-19

(Novos casos por semana, milhares, média móvel a 7 dias)

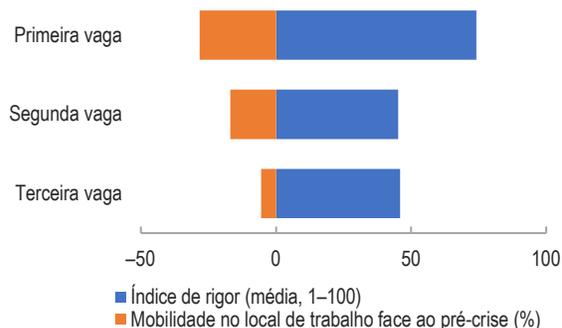


Fonte: Universidade Johns Hopkins, Center for Systems Science and Engineering.

Neste contexto, o regresso à normalidade não será, de modo algum, fácil e dependerá sobretudo de dois fatores: a vacinação e as variantes. Até agora, o ritmo de vacinação na África Subsariana tem sido consideravelmente mais lento do que em outras regiões, sendo uma consequência direta da acumulação de reservas de vacinas por parte das economias avançadas e das restrições às exportações impostas pelos principais países fabricantes de vacinas. Até ao início de outubro, apenas 2,5% da população tinha sido totalmente vacinada, um valor bastante aquém do nível necessário para alcançar a imunidade de grupo e muito longe das taxas das economias avançadas (60%) e de outras economias de mercados emergentes e em desenvolvimento (35%). Além disso, a diminuição da eficácia das vacinas ao longo do tempo deverá aumentar a procura de doses de reforço nas economias avançadas, comprometendo ainda mais a oferta. Como resultado, embora o mundo se prepare para produzir cerca de 12 mil milhões de doses em 2021, provavelmente levará mais de um ano até que um número significativo de pessoas estejam vacinadas na África Subsariana.

**Sem vacinas, os confinamentos têm sido a única opção para conter o vírus.** Contudo, o rigor dos confinamentos mais recentes tem sido bastante diferente daqueles no início da pandemia e o impacto dos confinamentos na atividade tem diminuído (mas não desaparecido), devido aos elevados custos económicos e sociais associados a longos períodos de inatividade e às baixas taxas de cumprimento e aplicação dos confinamentos (Gráfico 2).

### Gráfico 2. África Subsariana: Medidas de contenção e atividade, 2020–21



Fontes: Google COVID-19 Community Mobility Reports; Universidade de Oxford, COVID-19 Government Response Tracker; e cálculos do corpo técnico do FMI.

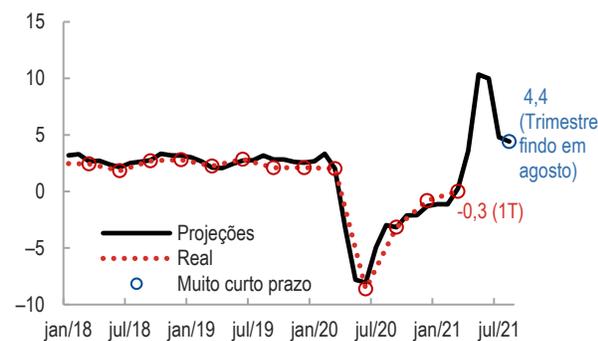
*Uma recuperação bem-vinda, ainda que ténue face aos padrões mundiais*

A África Subsariana deverá crescer 3,7% em 2021. Tal constitui uma melhoria assinalável face à excepcional contração de 2020, mas, ainda assim, representa a recuperação mais lenta do mundo. Os indicadores de alta frequência apontam para uma melhoria progressiva na atividade ao longo do primeiro semestre de 2021, impulsionada pela subida dos preços das matérias-primas (Gráfico 3). Contudo, este dinamismo abrandou no segundo trimestre, devido, em parte, à última vaga da pandemia. A atividade arrefeceu mais nos países que registam um aumento repentino nas taxas de infeção – assim como naqueles que enfrentam convulsões sociais – mas continuou a acelerar nos países que têm conseguido conter os novos casos. As viagens internacionais de negócios na região ultrapassaram agora os níveis anteriores à pandemia, mas as viagens turísticas mantêm-se em níveis reduzidos.

A **inflação global** tem sido impulsionada, principalmente, pelo aumento dos preços dos alimentos. A taxa de inflação média dos preços dos produtos alimentares já se encontrava numa tendência crescente na África Subsariana ainda antes da pandemia, passando de 2%, em termos homólogos, em 2019 para cerca de 11% em 2021. Este crescimento reflete fatores internos, entre os quais, as más condições climáticas e as perturbações na oferta relacionadas com conflitos. Também espelha as condições globais, na medida em que os preços dos alimentos à escala mundial registaram um aumento de 30% em agosto (em termos homólogos) à luz da subida dos preços do petróleo, dos choques

**Gráfico 3. África Subsariana: Crescimento homólogo do PIB real numa base móvel trimestral, dados e previsões de muito curto prazo**

(Porcentagem)



Fontes: Haver Analytics; bases de dados internas do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

relacionados com o clima, das restrições às exportações em alguns dos principais países exportadores e da acumulação de reservas em alguns países (Caixa 1).

Ao nível da região, as **convulsões sociais e os conflitos** aumentaram consideravelmente em meados de 2021, impulsionados por heranças de conflitos armados, instabilidade associada a transições políticas e elevados níveis de desemprego, pobreza e desigualdade, todos ainda mais exacerbados pela pandemia. A instabilidade relacionada com conflitos tem afetado de forma constante a região, deslocando populações, limitando a definição de políticas, comprometendo a capacidade das famílias garantirem o acesso a fontes essenciais de alimentos e rendimentos. O número de deslocados internos na África Subsariana mais do que dobrou nos últimos cinco anos, alcançando os 16,5 milhões em 2020, principalmente como resultado dos conflitos e, em menor grau, das catástrofes naturais (por exemplo, Burquina Faso, Etiópia, Mali, Moçambique e República Democrática do Congo).

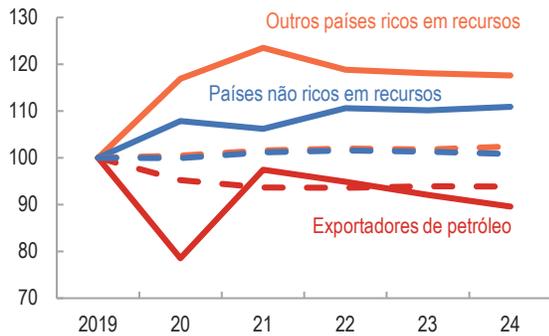
Apesar de um menor número de catástrofes naturais no primeiro semestre de 2021, alguns países continuam a sofrer com **choques climáticos adversos**. As condições meteorológicas mais favoráveis na África austral e oriental resultaram em excelentes produções de cereais, mas as secas e as cheias em Angola, Madagascar e Quênia afetaram a produção agrícola e pecuária, acentuando ainda mais a pressão sobre a inflação.

*Apoiada por um enquadramento externo mais favorável*

O **comércio mundial** registou uma forte recuperação em 2021, sustentado por efeitos de base consideráveis e uma procura robusta por parte das economias avançadas. Contudo, a composição do comércio mudou. Apesar dos constantes gargalos na cadeia de abastecimento, o comércio de mercadorias recuperou rapidamente, enquanto as restrições relacionadas com a pandemia e as preocupações de segurança retraíram os serviços. E estes continuam anémicos, após terem batido no fundo no segundo trimestre de 2020.

Os **preços das matérias-primas** superaram os níveis anteriores à pandemia. Por exemplo, os metais (cobre, cobalto, chumbo, manganês, níquel e zinco) registaram subidas acentuadas no último ano, e os preços mundiais de muitas matérias-primas alimentares (café, açúcar e trigo) atingiram máximos históricos (Gráfico 4). Os preços do petróleo também têm apresentado um forte dinamismo, mas a produção

**Gráfico 4. África Subariana: Termos de troca**  
(Índice 2019 = 100, linhas a tracejado indicam as projeções pré-crise)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

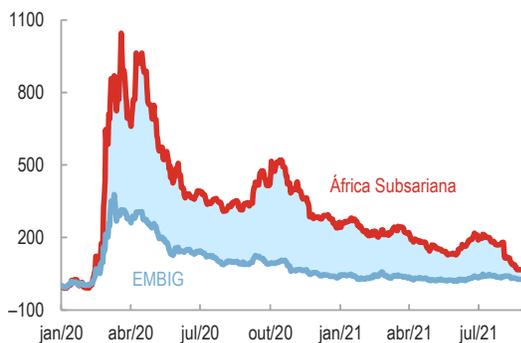
petrolífera ainda não recuperou em muitos países da África Subariana.

As **condições financeiras mundiais** permanecem acomodáticas, com diversas economias de fronteira da África Subariana a regressarem aos mercados em 2021. A emissão de obrigações soberanas internacionais por parte dos mercados de fronteira cifrou-se em 13,2 mil milhões de USD até setembro. A procura superior à oferta demonstra o apetite dinâmico por Eurobonds da África Subariana, o que é provável que estimule mais emissões. A diferença entre os spreads dos mercados de fronteira da África Subariana e os dos mercados emergentes comparáveis continuou a diminuir (Gráfico 5), mas os custos de emissão subsistem mais elevados do que no início de 2020, com alguma variação entre países: o Benim, a Côte d'Ivoire e a Nigéria têm beneficiado de spreads mais baixos do que antes da crise, enquanto os spreads permaneceram nos níveis pré-crise no Senegal e mais altos no Gana.

As **entradas de investimentos de carteira** já estão em

**Gráfico 5. Diferenciais do índice EMBI de obrigações dos mercados emergentes**

(Acumulado desde o início da crise da Covid-19, pontos base)



Fontes: Bloomberg Finance L.P.; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: EMBIG= índice global das obrigações dos mercados emergentes.

terreno positivo. As entradas de fluxos nos mercados emergentes e de fronteira na África Subariana totalizaram 4,4 mil milhões de USD entre janeiro e agosto de 2021 (Gráfico 6). Embora o investimento direto estrangeiro (IDE) tenha descido 12% para 30 mil milhões de USD em 2020 (um desempenho melhor do que noutras regiões), espera-se que registre apenas um crescimento modesto em 2021 e ganhe mais força depois de 2022, em linha com o aumento previsto na procura de matérias-primas, a aprovação de projetos importantes e a finalização do Protocolo de Investimento Sustentável da Zona de Comércio Livre Continental de África.

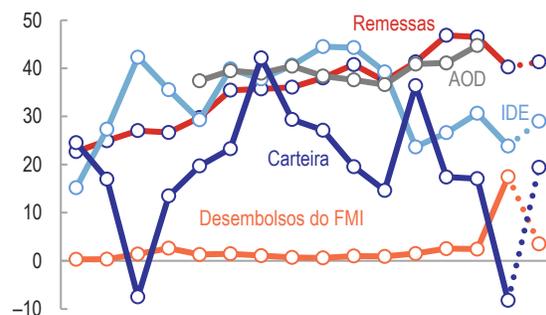
As **remessas** deverão crescer 2,6% em 2021. As perspectivas positivas vêm juntar-se a um resultado melhor do que o previsto em 2020. Os fluxos de remessas caíram apenas 13,4% em 2020, impulsionados por uma queda drástica de 28% na Nigéria. Excluindo a Nigéria, as remessas da região assinalaram uma subida de 1,6% em 2020. Até à data em 2021, alguns países já registaram enormes subidas nos fluxos de remessas (por exemplo, 60% na Gâmbia e 20% no Quênia, no primeiro semestre de 2021), devido à continuação do apoio orçamental nos países de acolhimento e a uma mudança nos fluxos de pagamento em numerário para pagamentos digitais e de canais informais para canais formais.

### Perspetivas moderadamente melhores

Ainda que aos solavancos, a economia mundial está finalmente a começar a andar, porém em meio a um aumento das incertezas. O crescimento mundial deverá cifrar-se em 5,9% em 2021, antes de abrandar para

**Gráfico 6. África Subariana: Entradas selecionadas**

(Mil milhões de USD)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; Banco Mundial; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Notas: Exclui as Maurícias. As linhas a tracejado para 2021 são estimativas. AOD = assistência oficial ao desenvolvimento; IDE = investimento direto estrangeiro.

4,9% em 2022, ainda assim um valor respeitável. Contudo, **prevê-se que o crescimento na África Subsariana registre uma melhoria mais gradual, para 3,7% em 2021 e 3,8% em 2022.**

**As projeções de crescimento para 2021 foram revistas em alta**, sobretudo devido a perspectivas superiores ao esperado para os países ricos em recursos não petrolíferos que viram o crescimento ser revisto em 1,2 pontos percentuais para 4,7%, como reflexo da subida dos preços das matérias-primas (Gráfico 7). Em sentido oposto, porém, as projeções para os países não ricos em recursos foram revistas em baixa de -0,7 ponto percentual, para 4,1%. As projeções para os países exportadores de petróleo também foram ligeiramente revistas em baixa, descendo -0,1 ponto percentual para 2,2%. A redução reflete previsões de crescimento menos otimistas para Angola.

**Relativamente a 2022, o crescimento foi revisto em baixa** face às previsões de abril de 2021, refletindo perspectivas inferiores ao esperado para os países não ricos em recursos. O crescimento projetado para os países não ricos em recursos em 2022 diminuiu ligeiramente em -1,0 ponto percentual para 5,4%, enquanto para os exportadores de petróleo, o crescimento para 2022 foi revisto em alta, subindo 0,3 ponto percentual para 2,7%.

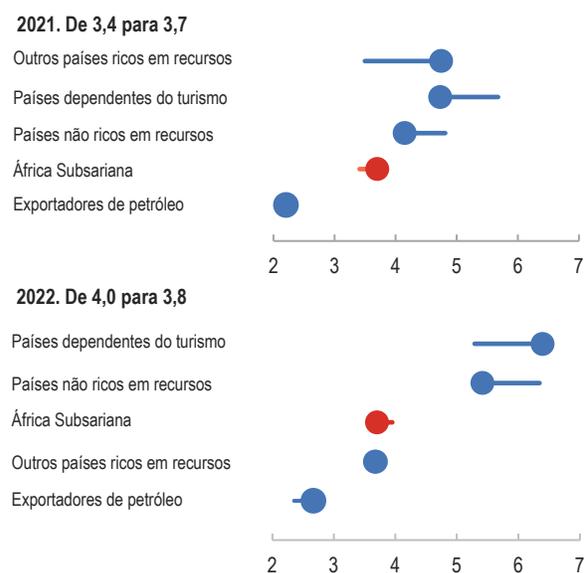
Olhando para as maiores economias da região:

- A **África do Sul** deverá crescer 5,0% em 2021, refletindo um crescimento melhor do que esperado no primeiro semestre do ano e os efeitos de nível da atualização recente das suas contas nacionais, que complementaram os fortes efeitos de base de 2020. No entanto, as perspectivas foram afetadas pelo impacto conjunto da terceira vaga da Covid-19 e das convulsões sociais circunscritas em julho. Tendo em conta que o ritmo das reformas estruturais deverá continuar limitado e a recuperação melhor do que o esperado em 2021, a África do Sul será condicionada na sua capacidade para sustentar o ritmo de crescimento de 2021, pelo que o crescimento deverá abrandar para 2,2% em 2022.
- **Na Nigéria**, a economia deverá crescer 2,6% em 2021, impulsionada pela recuperação dos setores não petrolíferos e pela subida dos preços do petróleo, embora seja de esperar que a produção petrolífera se mantenha abaixo dos níveis

anteriores à Covid-19. O crescimento deverá recuperar ligeiramente para 2,7% em 2022 e manter-se neste nível a médio prazo, permitindo que o PIB per capita estabilize nos níveis atuais, não obstante os problemas estruturais de longa data e as elevadas incertezas.

- **Angola** deverá contrair -0,7% em 2021 e crescer 2,4% em 2022, encerrando um período de seis anos de recessão. O crescimento para 2021 foi revisto em baixa de forma considerável em relação a abril devido à queda nos investimentos e aos recorrentes problemas técnicos no setor petrolífero. O crescimento não petrolífero continuará a ser o principal motor do crescimento económico, sendo que o comércio e a agricultura registaram uma recuperação forte, superando os níveis anteriores à pandemia.
- As previsões de crescimento para a **Etiópia** para o EF 2021 permanecem inalteradas em 2,0%, com o crescimento no EF 2022 a deparar-se com ventos contrários, nomeadamente o ritmo lento de vacinação, um possível aumento nas infeções de Covid-19 e o conflito no Tigray. A melhoria do ambiente externo irá apoiar as principais exportações, bem como as entradas de investimento direto estrangeiro e remessas. O conflito em curso aumentou a incerteza em torno das perspectivas de crescimento do país.

**Gráfico 7. Revisões do crescimento do PIB real desde abril de 2021**  
(Porcentagem)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Os **países dependentes do turismo** (Cabo Verde, Comores, Gâmbia, Maurícias, São Tomé e Príncipe, Seicheles) depararam-se com uma recuperação particularmente difícil. A pandemia acentuou a vulnerabilidade destas economias a choques globais nas viagens e no turismo, que representam, em média, cerca de 18% do PIB. Embora o crescimento tenha regressado aos níveis anteriores à pandemia, estes países depararam-se com perdas definitivas de rendimentos na ordem de 15% do PIB (Cabo Verde, Maurícias). Alguns países saíram-se melhor devido ao considerável nível de entrada de remessas (Comores, Gâmbia), que apoiaram o consumo privado. O turismo mundial mantém-se em níveis reduzidos. Ainda assim, partindo de uma base baixa, as receitas do turismo começaram a aumentar, auxiliadas em alguns casos por programas de vacinação em grande escala (Cabo Verde, Seicheles).

Nas **economias frágeis**, os reduzidos níveis de despesa pública e investimento privado irão pesar no crescimento em 2022, mas serão compensados por uma aceleração do consumo e dos investimentos financiados com recursos externos. Contudo, em algumas economias frágeis – especialmente nos países do Sahel – os atuais desafios de segurança (Burquina Faso) e a instabilidade política (Chade, Guiné, Mali) poderão prejudicar a esperada recuperação da confiança dos consumidores e investidores.

## INCERTEZA ACRESCIDA

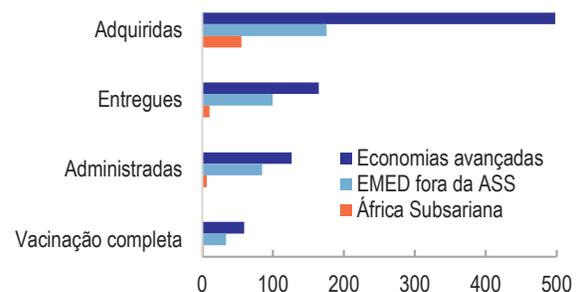
### À medida que a pandemia se arrasta, a incerteza subsiste elevada, mantendo os riscos inclinados no sentido descendente

Tal como destacado na edição de abril de 2021 das *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana*, a região enfrenta a perspectiva de vagas consecutivas de Covid-19 enquanto não existir uma disponibilidade generalizada de vacinas. O cenário de base assume que os novos surtos serão acompanhados de confinamentos localizados, mas que as medidas de contenção serão, de uma forma geral, menos gravosas do que no início de 2020. Porém, cada vaga é diferente, envolvendo, porventura, diferentes variantes e diferentes requisitos de confinamento. Do mesmo modo, as famílias e as empresas mudaram os seus comportamentos ao longo do último ano e meio, adaptando-se conforme necessário. Por conseguinte, o impacto de futuras vagas na atividade é sempre muito incerto.

Esta incerteza irá persistir enquanto a região continuar por vacinar (Gráfico 8). Embora as perspetivas do cenário de base assumam que poucos países na África Subsariana alcançarão a disponibilidade generalizada de vacinas antes de 2023, as perspetivas globais relativas às vacinas também não são claras. Pela positiva, a produção de vacinas deverá aumentar significativamente no final de 2021 e há um esforço concertado da comunidade internacional (incluindo o FMI) para assegurar que a oferta mundial de vacinas é distribuída de forma célere e justa. Além disso, espera-se que a produção local de vacinas continue a expandir em 2022. Contudo, com o surgimento de novas variantes, é provável que aumente a pressão para doses de reforço nos países que já têm elevadas taxas de vacinação, porventura atrasando o acesso às vacinas por parte dos países que ainda se encontram nas fases iniciais dos seus esforços de vacinação. Além disso, o sucesso das campanhas de vacinação depende essencialmente da infraestrutura de distribuição de cada país e dos esforços para vencer a hesitação – este último deve ser um fator menos importante uma vez que se garanta a disponibilidade e o acesso às vacinas. Maiores atrasos na vacinação deixariam a África Subsariana exposta a novas e mais virulentas estirpes, levantando a possibilidade da Covid-19 se tornar um problema permanente e endémico na região, o que iria pesar, inevitavelmente, na confiança, no crescimento e na força da recuperação.

O cenário de base para a África Subsariana foi revisto significativamente em alta ao longo do último ano. Porém, as análises do corpo técnico sugerem que a revisão pode explicar-se, quase na totalidade, por melhorias superiores às previstas no ambiente externo. Tal indica que a região continua extremamente vulnerável a variações nas perspetivas mundiais, nas

**Gráfico 8. Desigualdade nas vacinas da Covid-19**  
(Porcentagem da população, a 26 de setembro de 2021)



Fontes: Airfinity; Our World In Data; Divisão da População da ONU; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: EMED fora da ASS = economias de mercados emergentes e em desenvolvimento fora da África Subsariana.

quais se destacam dois riscos: 1) a ameaça da subida das expectativas de inflação nos Estados Unidos e 2) a possibilidade da Covid-19 se tornar endémica, como a gripe, resultando numa reestruturação permanente das atividades em todo o mundo que implicam um elevado grau de contacto<sup>1</sup>.

- Relativamente à ameaça da inflação, uma política monetária dos EUA mais restritiva pode motivar um endurecimento das condições financeiras mundiais, um abrandamento da atividade mundial, um aumento nos prémios de risco para os mercados emergentes vulneráveis, uma diminuição do acesso a financiamento para programas sociais e de investimento vitais, com o subsequente impacto no desenvolvimento físico e do capital humano. Calcula-se que a perda acumulada para a África Subsariana seja aproximadamente 1,75% do PIB ao longo de 2022–26, sendo que os países exportadores de petróleo são os que sofrem as maiores perdas.
- Relativamente à possibilidade da Covid-19 se tornar endémica a nível internacional, à medida que as empresas e as famílias ajustam os seus comportamentos e que algum investimento realizado antes da pandemia deixa de ser rentável, é provável que as sequelas da crise sejam maiores do que aquelas já incluídas no cenário de base global. Além de qualquer efeito relativo à campanha de vacinação na região, calcula-se que o impacto na África Subsariana seja equivalente a uma perda acumulada de mais 1,5% do PIB ao longo de 2022–26.

## UM PLANETA

### Viver com o vírus

*Sem políticas adequadas em matéria de vacinas, a pandemia irá continuar a atrasar a recuperação*

Para os decisores políticos na África Subsariana, a primeira prioridade ainda é salvar vidas. Mas a incrível velocidade da mais recente vaga da Covid-19 sublinha as dificuldades para conter uma crise quando esta já está em marcha, deixando as autoridades com poucas opções para além das dispendiosas medidas

de contenção e a necessidade de prosseguir com os apoios de emergência e as despesas de saúde. Logo, enquanto a população da região continuar vulnerável, os decisores políticos terão a tarefa ingrata de tentar impulsionar as suas economias ao mesmo tempo que lidam com os constantes surtos de Covid-19.

*É essencial a implementação célere da proposta para a vacinação mundial*

Uma proposta recente do FMI visa vacinar pelo menos 40% da população total de todos os países até ao final do presente ano e 70% até ao final do primeiro semestre de 2022<sup>2</sup>. Estes objetivos são ambiciosos para a África Subsariana e irão exigir uma mudança acentuada de estratégia por parte das economias avançadas e dos países da África Subsariana<sup>3</sup>.

**Em primeiro lugar**, é essencial fornecer vacinas à África Subsariana o mais rapidamente possível. A forma mais rápida de fazer chegar as vacinas à África Subsariana é as economias avançadas partilharem as suas reservas de vacinas de forma bilateral ou através de iniciativas multilaterais. O mecanismo COVAX de acesso mundial às vacinas contra a Covid-19 já recebeu compromissos relativos a mais de 500 milhões de doses, mas estes têm de traduzir-se em fornecimentos efetivos, o mais rapidamente possível.

**Em segundo lugar**, os fabricantes de vacinas devem ser encorajados a acelerar o fornecimento a África.

**Em terceiro lugar**, o Fundo Africano para Aquisição de Vacinas (AVAT, na sigla inglesa) deve estar totalmente financiado para assegurar a cobertura de 30% da população da União Africana. Calcula-se que, para tal, sejam necessários 2 mil milhões de USD.

**Em quarto lugar**, a comunidade internacional deve eliminar as restrições às exportações transfronteiriças às matérias-primas e vacinas acabadas, garantindo que as instalações da Aspen na África do Sul laboram a plena capacidade e que o Serum Institute of India retoma as exportações para o COVAX.

**Em quinto lugar**, serão necessários pelo menos 2,5 mil milhões de USD para assegurar que os sistemas de saúde da África Subsariana conseguem vacinar a população local imediatamente assim que os

<sup>1</sup> Ver os pressupostos para cada cenário no Capítulo 1 do *World Economic Outlook* de outubro de 2021.

<sup>2</sup> Agarwal, Ruchir e Gita Gopinath. 2021. “A Proposal to End the COVID-19 Pandemic”. IMF Staff Discussion Note 2021/004, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.

<sup>3</sup> Cherif, Reda e Shushanik Hakobyan, 2021. “Vaccinating against COVID-19 to Avert a Disaster in Africa”, IMF Special Series Covid-19 Note (8 de agosto), Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.

suprimentos comecem a aumentar. Muitos países (Essuatíni, Gana, Namíbia, Quênia, Ruanda) tiveram de adiar as suas campanhas de vacinação enquanto aguardavam pela chegada de novos suprimentos. É esta escassez – e não a capacidade de administrar as vacinas – que até ao momento tem constituído a maior limitação na região.

**Em sexto lugar**, os países devem igualmente acelerar a aquisição de tratamentos vitais, oxigénio e equipamento de proteção individual. Para tal impõe-se financiamento urgente sob a forma de donativos para adquirir e fornecer, de forma preventiva, um pacote mínimo de suprimentos essenciais para os países em maior risco.

**Por fim**, são poucos os países que têm espaço orçamental para financiar este esforço por si sós, pelo que a maioria da assistência financeira da comunidade internacional terá de assumir a forma de donativos ou empréstimos concessionais. O FMI estabeleceu um grupo de ação especial com contrapartes do Banco Mundial, da Organização Mundial da Saúde e da Organização Mundial do Comércio, entre outros, para assegurar que os países recebem os recursos e as vacinas necessárias.

## DOIS MUNDOS

### Uma divergência perigosa

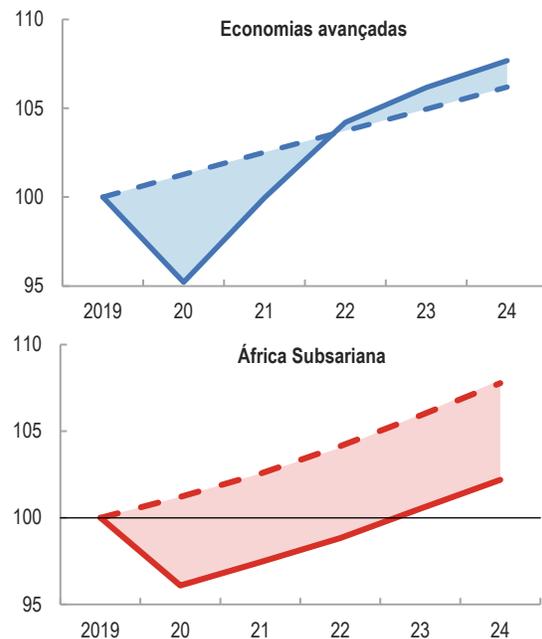
As **divergências mundiais** deverão persistir a médio prazo. Embora se projete que as economias avançadas regressem à trajetória anterior à crise até 2023, a pandemia baixou, de forma permanente, a trajetória do PIB real na África Subsariana, sugerindo uma perda permanente de 5,6% do produto per capita real (Gráfico 9). Para igualar os desempenhos observados nas economias avançadas, a África Subsariana teria de crescer o dobro nos próximos três anos.

O **acesso às vacinas continua a ser o principal entrave** à recuperação mundial, um facto exacerbado mais recentemente pelo ressurgimento da pandemia. Muitas economias avançadas assinalaram progressos notáveis nas vacinas desde a edição de abril de 2021 do *World Economic Outlook*. Contudo, a África Subsariana ainda se encontra a braços com a pandemia e registou uma vacinação bastante mais lenta, prejudicada pela falta de oferta de vacinas e as restrições às exportações impostas pelos principais produtores.

Além disso, a recuperação mundial a duas velocidades também reflete **diferenças acentuadas na disponibilidade de apoio de políticas**, tanto no início da crise como subsequentemente. O limitado espaço orçamental na África Subsariana há muito que era motivo de preocupação, tendo deixado a maioria das autoridades com pouca margem para absorver o impacto da crise (ver a edição de outubro de 2020 das *Perspetivas Regionais para a África Subsariana*). Este constrangimento agudizou-se ainda mais com a continuação da crise. Olhando para o futuro, com reduzidas opções de financiamento, o défice orçamental médio para a região deverá recuar para o nível anterior à pandemia (2,9% do PIB) até 2023. Apesar da diminuição dos défices, a dívida da África Subsariana continuará elevada, com o rácio dívida pública/PIB a manter-se 4,4 pontos percentuais acima dos níveis anteriores à pandemia até 2025 (Gráfico 10). Contudo, os défices nas economias avançadas e noutras economias de mercados emergentes e em desenvolvimento não deverão regressar aos níveis anteriores à pandemia durante o horizonte de previsão, com os rácios dívida pública/PIB a manterem-se mais de 10 pontos percentuais acima dos níveis anteriores à pandemia no final do horizonte de previsão.

**Gráfico 9. Economias selecionadas: Crescimento do PIB real per capita, 2019–24**

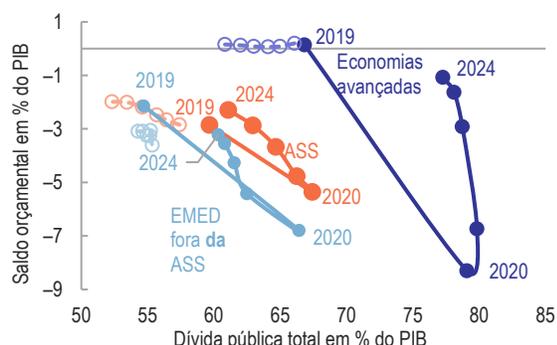
(2019 = 100, linhas a tracejado indicam as projeções pré-crise)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

**Gráfico 10. África Subsariana: Saldo orçamental e dívida pública, média, 2019–24**

(Linhas a tracejado representam o *World Economic Outlook* de outubro de 2019)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Nota: EMED fora da ASS = economias de mercados emergentes e em desenvolvimento fora da África Subsariana.

**Uma recuperação condicionada**

Uma comparação com a experiência das economias avançadas poderá ajudar a aclarar os desafios que os decisores políticos da África Subsariana enfrentam. Olhando para o **comportamento da poupança** durante a crise e subsequentemente, é evidente que a mobilização de extensas medidas orçamentais nas economias avançadas permitiu que muitas famílias e empresas restabelessem ou acumulassem poupanças, criando as condições para que a procura privada impulsionasse a recuperação esperada. Neste contexto, as perspetivas para as economias avançadas preveem uma transição suave deste extraordinário apoio público para um crescimento impulsionado pelo setor privado (Gráfico 11). A velocidade a que tal acontece – à medida que as poupanças privadas em excesso são utilizadas para custear o consumo e o investimento –

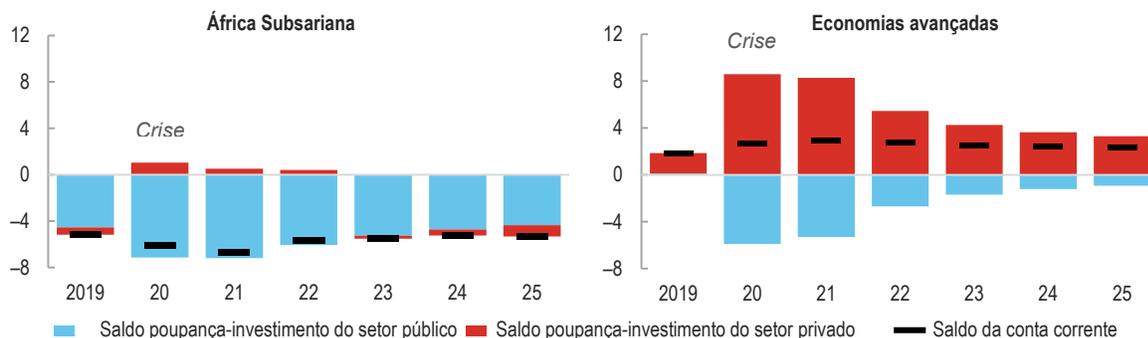
irá determinar o ritmo da recuperação, sendo que uma transição mais lenta implica uma recuperação mais lenta.

Por outro lado, na África Subsariana, a capacidade dos governos apoiarem a poupança privada durante a crise foi relativamente limitada, devido à falta de espaço orçamental, sobretudo decorrente da incapacidade de emitir mais dívida. É provável que, por sua vez, tal tenha acentuado o colapso na procura agregada. Também é de crer que a transição para o setor privado seja limitada. Ao contrário das economias avançadas, o consumo privado recupera de forma mais gradual na África Subsariana. Com as correntes necessidades de despesa relacionada com a pandemia, o desenvolvimento e a recuperação, a maioria dos governos terão dificuldades em reduzir as suas necessidades de financiamento pelo que terão pela frente um trilema orçamental (ver página 11).

Tendo em conta que grande parte dos países da África Subsariana não tem margem para aumentar os défices de conta corrente, dada a costumeira relutância dos mutuantes estrangeiros em financiar o investimento privado, a procura do setor privado não conseguirá sustentar a recuperação. Estes condicionamentos devem ser muito familiares. Sem financiamento externo, o financiamento do setor público nos mercados internos tenderá a desencorajar o investimento privado e prejudicar o crescimento. Mas, uma vez mais, a magnitude da recente crise exacerbou consideravelmente o problema na África Subsariana, acentuando os desafios que os decisores políticos enfrentam à medida que tentam orientar as suas economias rumo ao futuro.

**Gráfico 11. Economias selecionadas: Saldo da conta corrente, 2019–25**

(Média simples, percentagem do PIB)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

## TRÊS REALIDADES

### Divergência em todos os níveis

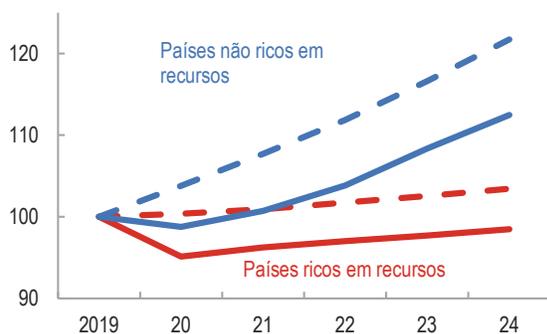
#### Na África Subsaariana

Para os países na região, a perda de rendimentos por causa da crise deverá variar significativamente, desde uma perda permanente do produto real superior a 20% para Cabo Verde até perdas de menos de 3% para Togo e Zimbabué. Antes da crise, as perspectivas de crescimento para a região já apresentavam sinais alarmantes de uma recuperação a duas velocidades, com os países frágeis e ricos em recursos a saírem-se bastante pior do que os países não ricos em recursos (ver a edição de abril de 2019 das *Perspectivas Económicas Regionais para a África Subsaariana*). Como resultado da crise, **estes diferenciais de crescimento preexistentes agravaram-se** (Gráfico 12).

Tal como a retoma mundial, a divergência entre recuperações na região reflete, em parte, diferenças em termos de vacinação e apoio de políticas. Ao longo do último ano, as perspectivas de crescimento na região foram, de uma forma geral, revistas em alta, mas em maior grau para os países com maior sucesso na vacinação. Por exemplo, o Botsuana e as Seicheles têm taxas de vacinação significativamente superiores à média regional e, com isso, melhoraram as suas perspectivas de crescimento para 2021.

Ao nível do apoio de políticas, os países com uma maior consolidação orçamental no período 2020–25 deverão sofrer uma maior perda de produto (Gráfico 13). As diferenças entre países são ainda mais pronunciadas ao nível da composição do ajustamento. O ajustamento orçamental a médio prazo nos países exportadores de petróleo deverá ocorrer sobretudo por via do aumento das receitas não associadas às

**Gráfico 12. África Subsaariana: PIB real per capita, 2019–24**  
(2019 = 100, linhas a tracejado indicam as projeções pré-crise)

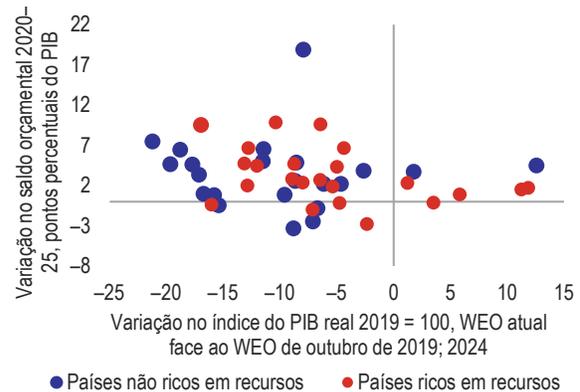


Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

matérias-primas e, em menor grau, através dos cortes nas despesas primárias correntes e no aumento do investimento público (Gráfico 14). Outros países ricos em recursos e não ricos em recursos deverão registar ainda mais progressos em matéria de consolidação orçamental, sobretudo por via da redução das despesas recorrentes, juntamente com uma repriorização do investimento público nos outros países ricos em recursos e maiores esforços de mobilização de receitas nos países não ricos em recursos.

Para além de diferentes níveis de apoio, a crise também revelou **diferenças importantes em termos de resiliência** entre os países. Uma vez mais, comparando os países ricos em recursos com os países não ricos em recursos, estes últimos tendem a ter uma **estrutura económica muito mais diversificada** – o que não só ajudou a atenuar o impacto inicial da crise, como também possibilitou que estes países se adaptassem depressa e recuperassem de forma célere (Gráfico 15).

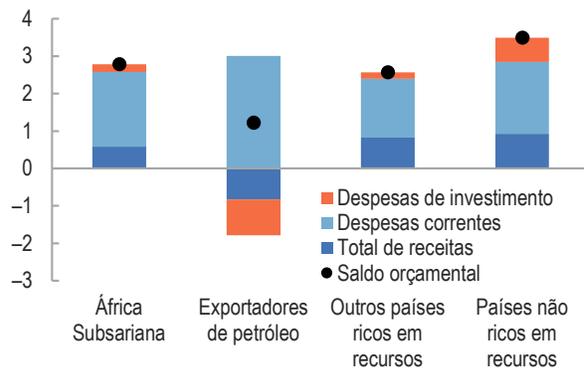
**Gráfico 13. África Subsaariana: Variações no crescimento do PIB real e no saldo orçamental**



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Nota: WEO = World Economic Outlook.

**Gráfico 14. África Subsaariana: Variação no saldo orçamental, 2021–25**  
(Porcentagem)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Contudo, as economias ricas em recursos foram as mais afetadas pela crise e deverão registar uma recuperação relativamente lenta. É muito provável que o mecanismo subjacente seja multifacetado, uma vez que a qualidade das instituições, a governação, a credibilidade orçamental, a capacidade administrativa, o ambiente de negócios, o grau de diversificação e a resiliência do país estão todos inter-relacionados. Mas, independentemente da causa, os países que já apresentavam um desempenho relativamente bom antes da crise são, em geral, aqueles que deverão recuperar depressa. Em suma, a crise realçou e ampliou as diferenças preexistentes ao nível da vulnerabilidade dos países, agravando o grau de divergência na região.

### *Dentro dos países*

Na maioria dos países, o impacto da pandemia tem sido **relativamente discreto para os setores extrativos com elevada intensidade de capital**, por comparação com os setores dos serviços com mais intensidade de mão de obra. Acresce que muitos dos setores dos serviços mais afetados (como o comércio a grosso e retalho, a restauração e a hotelaria, o turismo e

os transportes) empregam a maior proporção de trabalhadores informais, que muitas vezes são os que estão menos preparados para lidar com um choque desta magnitude. O emprego informal afeta cerca de 85% dos trabalhadores da região, abrangendo famílias e empresas que tendem a ser menos abastadas, com menos reservas e reduzido acesso a apoio governamental.

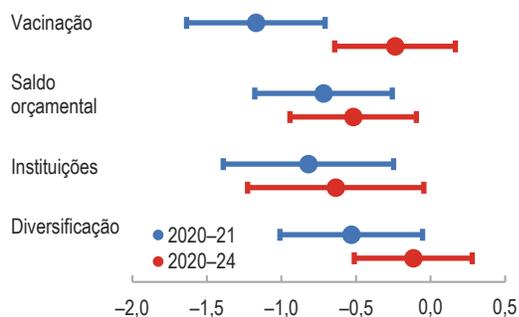
O efeito líquido é que a crise também agravou o grau de **divergência dentro da maioria dos países**. Na região, o número de horas de trabalho desceu mais de 7% em 2020 – o equivalente a uma perda de cerca de 22 milhões de empregos a tempo inteiro – afetando, de forma desproporcional, as mulheres, os jovens e os pobres. Na África do Sul, por exemplo, os trabalhadores com baixos salários sofreram quase quatro vezes mais perdas de emprego do que os trabalhadores com altos salários, enquanto a diferença de rendimentos entre os homens e as mulheres passou de 29% para 43%<sup>4,5</sup>.

Além disso, o efeito combinado do encerramento das escolas e o aumento das dificuldades financeiras afetou as crianças da região, comprometendo a sua educação e perspetivas a longo prazo. Muito poucas crianças tiveram acesso ao ensino online na África Subariana e as experiências anteriores (por exemplo, durante a pandemia do Ébola na África ocidental em 2014) sugerem que mesmo o encerramento temporário das escolas pode ter consequências ao longo de toda a vida (em especial para as meninas)<sup>6</sup>. Além disso, o aumento dos preços dos alimentos, conjugado com a quebra dos rendimentos, significa que cada vez mais famílias têm de cortar na quantidade e qualidade dos alimentos que consomem, pondo em risco as conquistas em matéria de redução da pobreza, saúde e segurança alimentar. A subida dos preços dos alimentos, combustíveis e outras matérias-primas gera riscos orçamentais significativos, exigindo um apoio orçamental expressivo que atualmente não está previsto nos quadros orçamentais de médio prazo.

Cerca de 30 milhões de pessoas caíram na pobreza extrema na região, pelo que a crise não só acentuou as desigualdades entre classes de rendimentos, como também resultou numa perigosa deterioração da

**Gráfico 15. África Subariana: Hiato das projeções de crescimento**

(Pontos percentuais)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; Banco Mundial, *Worldwide Governance Indicators*; *Our World in Data*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Notas: O gráfico apresenta estimativas pontuais e intervalos de confiança de 90% (com erros padrão consistentes com heterocedasticidade) para coeficientes de uma regressão transversal entre países (não ponderada) do hiato das projeções de crescimento (atual face a outubro de 2019, médias) sobre vacinação, saldo orçamental, instituições e diversificação controlando se um país é um país não rico em recursos (dummy = 1) ou não. Vacinação: número de vacinados por 100 pessoas; saldo orçamental: saldo primário em 2019 em percentagem do PIB; instituições: índice de estado de Direito em 2019; diversificação: índice do FMI de diversificação das exportações em 2014. As variáveis explicativas são normalizadas para terem um valor médio nulo e desvio padrão unitário.

<sup>4</sup> Hill, Robert e Tim Köhler. 2021. “Mind the gap: The Distributional Effects of South Africa’s National Lockdown on Gender Wage Inequality”. Development Policy Research Unit Working Paper 202101. Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul.

<sup>5</sup> Banco Mundial. 2021. “South Africa Economic Update, Edition 13: Building Back Better from COVID-19 with a Special Focus on Jobs”. Washington, DC.

<sup>6</sup> Organização Internacional do Trabalho. 2021. *World Employment and Social Outlook: Trends 2021*. Genebra.

desigualdade geográfica subnacional, o que poderá agravar o risco de tensões sociais e instabilidade política (Gráfico 16)<sup>7</sup>.

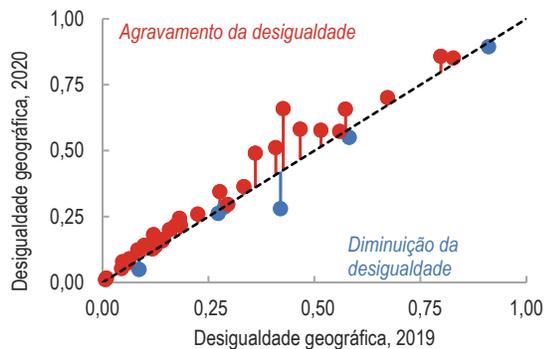
## Um ambiente de políticas mais complexo

### *Um conjunto familiar de dilemas desconfortáveis...*

Os decisores políticos na África Subsaariana deparam-se com três desafios orçamentais principais: em primeiro lugar, atender às necessidades prementes em matéria de despesas de desenvolvimento; em segundo lugar, conter a dívida pública; e, por fim, mobilizar as receitas fiscais num contexto em que as medidas adicionais são, por norma, impopulares (Gráfico 17).

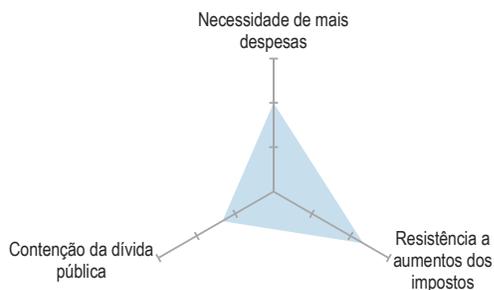
Nunca foi fácil cumprir estes objetivos e, muitas vezes, tal implica um difícil exercício de equilíbrio, pois os esforços para atender a um elemento serão realizados às custas dos outros dois. Por exemplo, o aumento da despesa irá implicar que as autoridades contraiam mais dívida, mobilizem mais receitas fiscais, ou ambas. Os esforços para reforçar as receitas fiscais, embora sejam

**Gráfico 16. África Subsaariana: Desigualdade geográfica, 2019–20**  
(Índice)



Fontes: Earth Observation Group, Colorado School of Mines; e cálculos do corpo técnico do FMI.

**Gráfico 17. Trilema de política orçamental**  
(Três objetivos de política incompatíveis)



desafiantes do ponto de vista político e social, iriam proporcionar os tão necessários recursos para aumentar a despesa ou conter a dívida, ou ambas.

### *...que a crise tornou ainda mais difícil*

Tendo em conta o impacto da pandemia nas perspetivas da região, agora ainda é mais difícil encontrar o equilíbrio certo. Mas a inação não é uma opção – todos os países estão confrontados com um conjunto de necessidades específicas e escolhas difíceis, mas cada um deve avançar da melhor forma possível, adaptando suas medidas de política conforme apropriado.

- **As necessidades de despesa estão a aumentar.** As necessidades de desenvolvimento da África Subsaariana já eram consideráveis antes da pandemia, mas agora ainda são mais prementes. Por exemplo, o emprego na região recuou cerca de 8,5% em 2020, a pobreza extrema disparou bruscamente e as perturbações na educação comprometeram as perspetivas de uma inteira geração de crianças em idade escolar. Tal como destacado na edição de abril de 2021 das *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsaariana*, os países mais pobres da região irão deparar-se com necessidades de financiamento externo adicional na ordem dos 245 mil milhões de USD (ou 425 mil milhões de USD para o conjunto da região) ao longo dos próximos cinco anos para recuperar o terreno perdido durante a crise.
- **A crescente vulnerabilidade da dívida é uma preocupação.** Não obstante as necessidades de despesa relacionadas com a pandemia, a maioria dos países terá de empreender uma consolidação orçamental para conter o aumento da vulnerabilidade da dívida. O nível global da dívida pública deverá melhorar ligeiramente em 2021 para 56,6% do PIB, mas continua elevados face ao nível de 50,4% anterior à pandemia, e a dívida ainda constitui uma preocupação num número significativo de países. Em 2021, metade das economias em desenvolvimento de baixos rendimentos (que representam 25% do PIB e 28% do stock da dívida da região) estão numa situação de sobre-endividamento ou em elevado risco de sobre-endividamento (Gráfico 18).

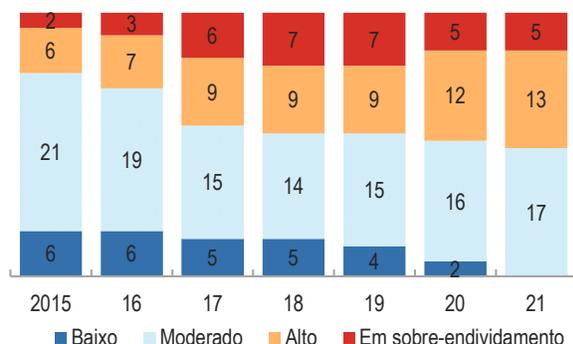
<sup>7</sup> Fuje, Habamu, Rasmane Ouedraogo, Jiexiong Yao, Mohamed Diaby e Franck Ouattara. No prelo. “Regional Inequality in Sub-Saharan Africa”. Regional Economic Outlook Note, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.

Também há vulnerabilidades relacionadas com a composição da dívida pública. Cerca de metade da dívida pública da região é externa – uma distribuição praticamente igual entre credores bilaterais, credores multilaterais e Eurobonds – enquanto uma pequena proporção é de bancos comerciais estrangeiros e outros. Embora a China seja um ator dominante entre os credores bilaterais, representando cerca de metade da dívida aos credores bilaterais, representa apenas aproximadamente 7,5% da dívida pública total. Além disso, a dívida à China está bastante concentrada em cinco países (África do Sul, Angola, Camarões, Etiópia e Quênia detêm 60% dos empréstimos pendentes da China à região). A outra metade da dívida pública da região é, em geral, de fontes de empréstimos comerciais a nível interno, acarreta juros mais elevados e tem maturidades mais reduzidas.

- **A mobilização de receitas adicionais continua a ser um desafio.** O aumento das receitas superou as despesas no primeiro semestre de 2021, resultando numa melhoria dos saldos orçamentais na maioria dos países. Contudo, as receitas não recuperaram para os níveis anteriores à pandemia. Historicamente, o aumento da mobilização das receitas fiscais tem servido, por norma, como a principal alavanca de políticas para colmatar o fosso entre as pressões do lado da despesa e a sustentabilidade da dívida pública. Ainda assim, na África Subsariana, os progressos têm sido não raras vezes decepcionantes e é provável que sejam ainda

**Gráfico 18. África Subsariana: Estado de risco da dívida dos países em desenvolvimento de baixo rendimento elegíveis ao PRGT, 2015–21**

(Número de países)



Fonte: FMI, Base de dados da Análise de Sustentabilidade da Dívida dos Países em Desenvolvimento de Baixo Rendimento.

Notas: As notações de risco da dívida em 2021 refletem as últimas avaliações da sustentabilidade da dívida publicadas e poderão não refletir o estado atual. PRGT = Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento.

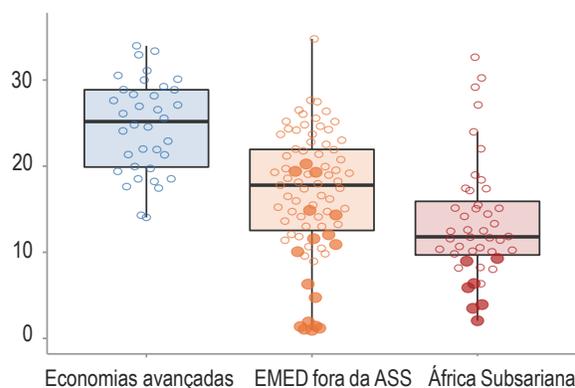
politicamente mais difíceis nas circunstâncias atuais, pois a crise deixou muitas empresas e famílias com menos recursos (Gráfico 19). De facto, em alguns países, muitos dependeram das moratórias fiscais ou do adiamento do pagamento dos impostos para sobreviver à crise (por exemplo, Botsuana, Burquina Faso, Camarões, Etiópia, Quênia, República Democrática do Congo e Senegal).

*São urgentes medidas para fazer face ao trilema em matéria de política orçamental*

Do lado da despesa, muitos países foram obrigados a manter despesas essenciais, cortando nas despesas menos prioritárias e adiando os investimentos públicos. Os défices na região deverão diminuir cerca de 0,6% do PIB em 2021 e 1,1% em 2022, limitando a margem para atender às necessidades de desenvolvimento. Contudo, as autoridades podem criar espaço mediante a melhoria da eficiência do investimento público e da qualidade da contratação pública. Mais especificamente, o investimento na digitalização governamental poderá constituir um meio relativamente económico de aumentar a eficiência e libertar recursos no médio prazo (ver a edição de abril de 2020 das *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana*). Além disso, a reorientação das despesas pode gerar importantes benefícios em termos de inclusão e mitigação das alterações climáticas. Por exemplo, a redução dos subsídios aos combustíveis

**Gráfico 19. Economias selecionadas: Receitas fiscais não extrativas**

(Porcentagem do PIB, os pontos preenchidos são os exportadores de combustíveis)



Fontes: Base de dados do International Centre for Tax and Development; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Notas: Os dados referem-se a 2018 ou aos últimos dados disponíveis. Os dados excluem as contribuições sociais. EMED fora da ASS = economias de mercados emergentes e em desenvolvimento fora da África Subsariana.

para financiar o alargamento da proteção social às famílias mais pobres pode gerar um crescimento mais inclusivo (porque essas famílias conseguiriam consumir mais) e uma eventual redução nas emissões de carbono.

A natureza urgente e extraordinária das despesas relacionadas com a crise aumenta o risco para o desperdício e a fraude. O reforço da transparência e da prestação de contas pode assegurar que os fundos limitados estão a ajudar as pessoas mais necessitadas. No contexto do apoio financeiro de emergência da comunidade internacional, muitos países também assumiram o compromisso de **reforçar as medidas de governação** a fim de assegurar a transparência e a prestação de contas sobre as despesas relacionadas com a Covid-19. Dezoito meses volvidos após o início da resposta de emergência, já se tem alguma informação sobre os progressos ao nível da implementação destas medidas de governação nas despesas relacionadas com a pandemia. Relativamente à publicação das informações sobre os contratos, a maioria dos compromissos foram ou estão a ser cumpridos, incluindo, por exemplo, na Guiné, no Quênia e na República Democrática do Congo. A recolha e a publicação das informações sobre os beneficiários efetivos das empresas adjudicatárias tem se revelado difícil, com apenas metade dos países (incluindo o Benim e o Maláui) a terem implementado este compromisso ou registado progressos significativos. Contudo, os compromissos assumidos no quadro do financiamento do FMI durante a pandemia contribuirão para que alguns países, como o Quênia, adotem de modo permanente reformas de governação para melhorar a gestão dos fundos públicos e reduzir as vulnerabilidades à corrupção. Relativamente às auditorias às despesas de emergência, ainda é demasiado cedo para avaliar a implementação. No entanto, alguns países já deram os primeiros passos mediante a realização de auditorias de conformidade ágeis ou em tempo real (África do Sul, Quênia, Serra Leoa e Zâmbia). No que respeita à publicação das despesas relacionadas com a pandemia, a maioria dos países já publica, ou começará a publicar em breve, os relatórios de execução destas despesas<sup>8</sup>.

O FMI, juntamente com outros parceiros de desenvolvimento, tem prestado amplo apoio em matéria de desenvolvimento de capacidades durante

a pandemia, passando com agilidade do apoio presencial para formações online, missões virtuais e workshops regionais. Estes esforços ajudaram a atender às necessidades de transparência em matéria de orçamento, dívida e despesa dos países, sobretudo nas áreas de gestão das finanças públicas, administração das receitas, governação e gestão da dívida. Perspetivando o futuro, uma integração estreita das atividades de desenvolvimento de capacidades com a supervisão e a concessão de empréstimos ao abrigo de programas do FMI continuará a garantir que esse apoio é capaz de atender à procura dinâmica de desenvolvimento de capacidades, abordando áreas de interesse crescente, nomeadamente as alterações climáticas, a sustentabilidade da dívida, a governação e o combate à corrupção, as fintech e as políticas de despesas e fiscal.

**Relativamente à dívida pública**, a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida deu o espaço de manobra tão necessário e foi prorrogada até ao final de 2021. Trinta dos 37 países elegíveis na região beneficiaram da iniciativa, com as poupanças potenciais a ascenderem a 6,2 mil milhões de USD ou 0,4% do PIB regional. A iniciativa ajudou os países a aumentarem a despesa relacionada com a Covid-19 e contribuiu para a redução dos spreads da dívida soberana das economias de fronteira participantes<sup>9</sup>.

Este também é o momento oportuno para operacionalizar completamente o **Quadro Comum**. Três países solicitaram o alívio da dívida ao abrigo do Quadro Comum do G-20, nomeadamente o Chade, a Etiópia e a Zâmbia. Entretanto, o Chade já recebeu garantias de financiamento dos seus credores bilaterais do G-20 sendo que agora aguarda compromissos, em condições comparáveis, dos seus credores privados e outros credores bilaterais oficiais. A implementação bem-sucedida do Quadro Comum nestes casos é crucial para criar as bases para outros países que têm níveis de dívida insustentáveis ou enfrentam pressões de liquidez para procurarem um tratamento precoce da dívida.

Em alguns casos a crise aumentou os riscos orçamentais decorrentes dos passivos contingentes do Estado e das transferências diretas do orçamento para as **empresas públicas**, que são um elemento preponderante da dinâmica da dívida de muitos países.

<sup>8</sup> Fundo Monetário Internacional. 2021. “Implementation of Governance Measures in Crisis-Related Spending”. Washington DC, maio.

<sup>9</sup> Fuje, Habtamu, Franck Ouattara e Andrew Tiffin. 2021. “Has the DSSI Helped Lower Sovereign Spreads of Participating SSA Countries?”, IMF Special Series COVID-19 Note (24 de agosto), Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.

Diversas autoridades adotaram medidas para fazer face às dificuldades financeiras das empresas públicas e melhorar a respetiva supervisão e gestão (por exemplo, Quênia e Ruanda). Na Etiópia, as autoridades criaram um veículo para fins especiais para o serviço da dívida antiga das empresas públicas depois de já terem endurecido os limites de endividamento das empresas públicas, os processos governamentais para a concessão de garantias de dívida às empresas públicas e os controlos à concessão de crédito no principal banco estatal (a principal fonte de financiamento interno das empresas públicas).

**Do lado das receitas**, e em função das circunstâncias do país, as autoridades que pretendam criar espaço orçamental podem procurar aumentar a eficiência dos sistemas fiscais existentes, assim como a progressividade e cobertura dos impostos sobre o rendimento de pessoas singulares, eliminar isenções e incentivos relativos ao imposto sobre o rendimento das sociedades com um efeito de distorção, aumentar o papel dos impostos prediais e ambientais e/ou alargar a base do imposto sobre o valor acrescentado. As autoridades quenianas, por exemplo, introduziram um imposto sobre serviços digitais, entre outras medidas. O sucesso destas medidas irá, em última análise, depender da força das instituições básicas e da eficácia da política e administração fiscal. Uma prioridade básica das administrações da receita é desenvolver um plano de ação para a arrecadação de receitas no período pós-crise, que defina as ações necessárias para restaurar a conformidade e garantir receitas adicionais; entretanto, as autoridades devem concentrar os esforços na mobilização mais sustentada de receitas por meio de uma estratégia de receitas a médio prazo<sup>10</sup>.

A **assistência externa** também poderá ajudar a amenizar as escolhas obrigatórias decorrentes do trilema orçamental. Neste contexto, uma alocação especial de **direitos de saques especiais** (DSE) que entrou em vigor em agosto ajudará a reforçar as reservas e criar mais espaço orçamental, ajudando as autoridades a intensificar a sua luta contra a pandemia sem aumentar o peso da dívida. A África Subsariana receberá 23 mil milhões de USD, com as duas maiores economias da região – África do Sul e Nigéria – a representarem um terço do total. A alocação é considerável para muitos países, tendo em conta a dimensão da sua economia. Por exemplo, na Libéria e na Zâmbia, a alocação cifra-se bem acima de 5% do PIB (Caixa 2). Embora

caiba a cada país decidir como utiliza a alocação, deve-se ter o cuidado de não adiar o ajustamento ou as reformas macroeconómicas. O reforço da transparência e prestação de contas na utilização dos DSE é essencial para assegurar o respeito das melhores práticas em matéria de governação e operações do banco central, governação orçamental e gestão das finanças públicas, e sustentabilidade da dívida.

### *Adaptação das políticas monetárias e financeiras a um contexto em permanente mutação*

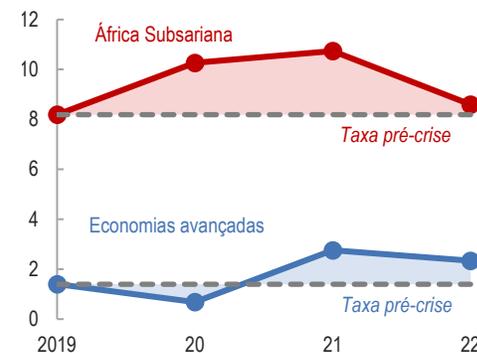
A política monetária nos países da África Subsariana também tem estado condicionada na sua capacidade de apoiar a economia por comparação com outras partes do mundo. Por exemplo, muitos países na região registaram uma subida na inflação em 2020, enquanto a inflação recuou nas economias avançadas (Gráfico 20).

Ao nível da região, a inflação média está em vias de subir mais, passando de 10,3% em 2020 para 10,7% em 2021, mas depois deve abrandar para 8,6% em 2022, com a resolução dos desfasamentos entre a procura e a oferta provocados pela pandemia e a moderação dos preços das matérias-primas. Olhando para o futuro, porém, à medida que as economias da região começam a recuperar, o contexto para as decisões de política monetária irá evoluir e, provavelmente, espelhar uma considerável heterogeneidade entre países.

Alguns países que se deparam com crescentes pressões inflacionistas tiveram de subir as taxas diretoras (Moçambique, Zâmbia), enquanto outros com a inflação em queda ou relativamente estável

### **Gráfico 20. Economias selecionadas: Inflação dos preços no consumidor, 2019–22**

(Média anual, variação percentual)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

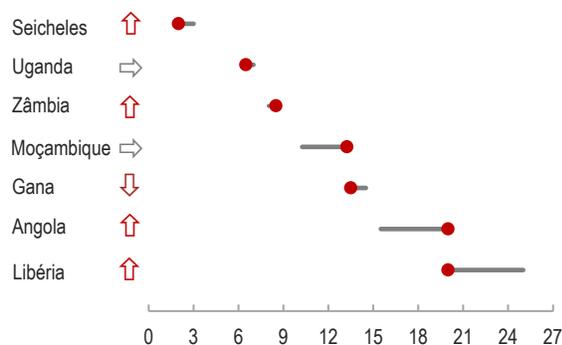
<sup>10</sup> Fundo Monetário Internacional. 2020. “Revenue Administration: Reinvigorating Operations to Safeguard Collection and Compliance”. IMF Special Series on Fiscal Policies to Respond to COVID-19, Washington, DC.

(Gana, Nigéria, Uganda) conseguiram descer ou manter as taxas para prosseguir os apoios à economia (Gráfico 21). A inflação deverá manter-se baixa nas uniões monetárias da região (União Económica e Monetária Oeste-Africana [UEMOA] e Comunidade Económica e Monetária da África Central [CEMAC]), apesar da intensificação das pressões inflacionistas devido às perturbações na oferta e à retoma da atividade económica.

De um modo geral, as **pressões cambiais** abrandaram ao longo do último ano, em especial por comparação com o pico da crise em 2020 (Gráfico 22). Ao longo deste período, vários países adotaram uma postura mais flexível, mas é possível fazer mais. Por exemplo, na Nigéria, após algumas medidas positivas tomadas no início deste ano visando a unificação das taxas de câmbio, a remoção recente de dados do mercado paralelo e medidas para restringir a oferta de divisas levaram a incertezas e a um forte aumento do prémio do mercado paralelo. Para os países que estão a sofrer uma pressão ascendente sobre as suas taxas de câmbio em 2021, alguns aproveitaram a oportunidade para aumentar as suas reservas. Os países devem, em geral, tentar assegurar uma esterilização adequada de modo a que as intervenções não promovam uma combinação de políticas insustentável. No contexto da África Subsariana, em que os níveis de reservas geralmente são baixos e os saldos externos ainda estão frágeis em relação às políticas desejadas e aos fundamentos a médio prazo, poderá justificar-se a acumulação de reservas.

### Gráfico 21. África Subsariana: Variações nas taxas diretoras, janeiro–agosto de 2021

(Porcentagem, seta = inflação a subir, descer ou constante)



Fontes: Haver Analytics; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

**Setor bancário.** O crédito malparado na África Subsariana subsiste elevado, situando-se em média nos 8% do total da carteira de crédito. Relativamente aos países para os quais existem dados, o rácio médio do crédito malparado aumentou modestamente durante a crise, passando de 6,6% no final de 2019 para 7,7% em março de 2021 – ainda abaixo dos níveis de 2018 (Gráfico 23). Porém, estes rácios poderão aumentar com o fim das moratórias regulamentares e de outras medidas excecionais de apoio, o que irá limitar seriamente a capacidade do setor bancário para conceder novo crédito e apoiar a economia<sup>11</sup>.

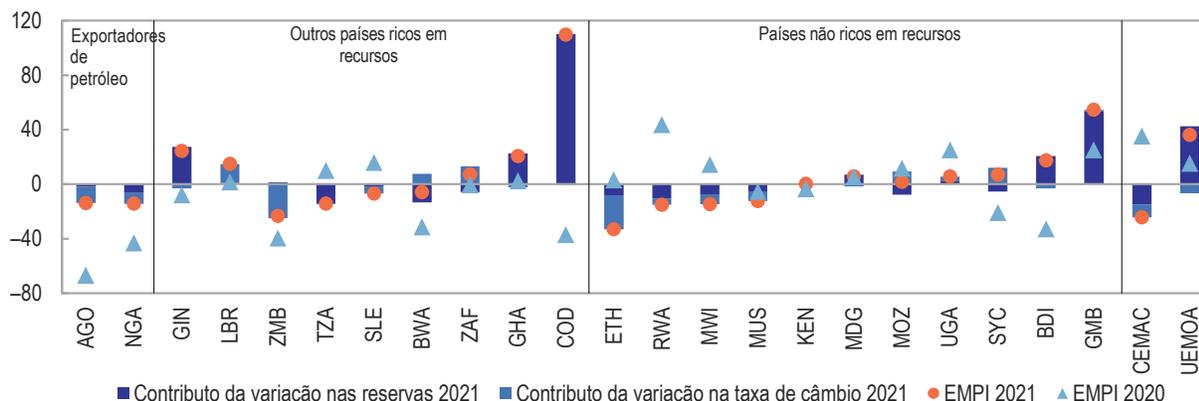
A crise alargou a exposição dos bancos ao governo, com o crescimento do crédito ao governo a aumentar, em média, cerca de 3% do PIB, face a 1,5% do PIB ao setor privado. De igual modo, a moratória regulamentar talvez tenha impedido que muitos créditos inviáveis fossem captados adequadamente nos indicadores de solidez financeira existentes. Em alguns países, está previsto o fim das moratórias regulamentares no final de 2021 (Botsuana, Cabo Verde e países da CEMAC).

As preocupações com a sustentabilidade da dívida, associadas ao acrescido grau de codependência entre o Estado e a banca, também podem aumentar o risco financeiro sistémico, prejudicando, em última análise, a recuperação da Covid-19 (ver a edição de outubro de 2017 das *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana*).

Perspetivando o futuro, será importante que os bancos e as entidades de supervisão tenham um retrato fiel da saúde do sistema financeiro, incluindo a classificação e o aprovisionamento adequados dos empréstimos que reflitam as potenciais perdas, bem como uma projeção realista dos défices de fundos próprios e das necessidades de recapitalização. O reconhecimento precoce dos potenciais problemas é importante e poderão justificar-se procedimentos aprimorados de supervisão (países da CEMAC), incluindo uma avaliação baseada nos riscos dos bancos e dos ativos com fragilidades anteriores à crise. As entidades de supervisão terão de trabalhar com os bancos no sentido do desenvolvimento de um quadro comum para a resolução do crédito malparado na antecâmara do fim das moratórias. À medida que as economias recuperam e as medidas relacionadas com a crise são

<sup>11</sup> Eyraud, Luc, Irina Bunda, Jehann Jack, Tarak Jardak, Rasmané Ouedraogo, Zhangrui Wang e Torsten Wezel. 2021. “Resolving Nonperforming Loans in Sub-Saharan Africa in the Aftermath of the COVID-19 Crisis”. IMF Departmental Paper 2021/014, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.

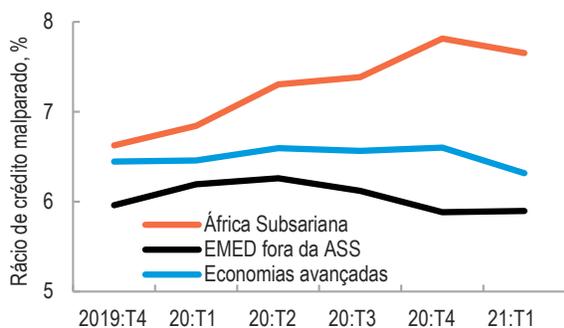
**Gráfico 22. África Subsariana: Pressão do mercado cambial, 2020–21**  
(Porcentagem)



Fontes: FMI, base de *International Financial Statistics*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: O indicador do índice da pressão do mercado cambial é a soma da variação percentual negativa na taxa de câmbio USD/moeda nacional, acrescida da variação percentual nas reservas. As variações são de julho a julho do ano anterior. Os valores negativos indicam pressão. Os rótulos de dados usam os códigos de país da Organização Internacional de Normalização. CEMAC = Comunidade Económica e Monetária da África Central; EMPI = índice de pressão no mercado cambial; UEMOA = União Económica e Monetária Oeste-Africana.

**Gráfico 23. Economias selecionadas: Rácio entre o crédito malparado e o total do crédito bruto**



Fonte: FMI, Indicadores de Solidez Financeira.

Nota: EMED fora da ASS = economias de mercados emergentes e em desenvolvimento fora da África Subsariana.

revertidas, poderão ser introduzidas medidas mais direcionadas e delimitadas no tempo para assegurar a saúde e estabilidade do sistema financeiro, bem como a capacidade do setor privado para apoiar o crescimento no longo prazo.

*Quadros políticos sólidos continuam a ser mais essenciais que nunca*

**Quadros orçamentais a médio prazo.** A dimensão sem precedentes da resposta orçamental à crise teve o efeito de desviar muitos países dos seus quadros orçamentais. Contudo, proporcionar uma perspetiva judiciosa de médio prazo é um elemento central da manutenção da credibilidade e da ancoragem das expectativas para além do atual período de tensão. Um compromisso renovado de reconstituição das reservas orçamentais, sobretudo no caso dos países ricos em recursos que beneficiam da subida dos preços das matérias-primas,

poderia reforçar ainda mais a credibilidade das trajetórias das finanças públicas ao construir uma cultura de gestão do risco macroeconómico, alisar as despesas ao longo do ciclo e evitar restrições de financiamento no futuro. A formulação de quadros orçamentais sólidos e credíveis pode, por sua vez, exigir reformas institucionais, como a extensão do horizonte orçamental para além do ciclo anual. As autoridades podem empenhar-se em esforços orçamentais futuros de diferentes maneiras, mas poderá ser necessário algum tipo de ação inicial nos casos em que o historial é frágil. Uma suspensão temporária e delimitada no tempo da aplicação das regras orçamentais da UEMOA parece adequada, desde que os países respeitem o seu compromisso de regressar a posições orçamentais mais sustentáveis até 2024. Reformas orçamentais estruturais, que reduzam os défices de forma duradoura (por exemplo, reformas dos subsídios e reformas da função pública e salariais) podem ser legisladas, mas implementadas gradualmente e concebidas de modo a mitigar os seus efeitos na atividade e nas populações vulneráveis.

**Âncoras monetárias.** Num cenário de elevada inflação e volatilidade dos preços das importações, e com os países a suprimirem as medidas de emergência, a necessidade de um quadro monetário credível e de um banco central independente e transparente é mais importante que nunca. Para apoiar a recuperação, as autoridades monetárias devem manter uma orientação acomodatória, sempre que possível, ao mesmo tempo que asseguram que as expectativas inflacionistas continuam ancoradas. À medida que as economias recuperam e o apoio de políticas é revertido, os bancos

centrais devem fazê-lo de uma maneira gradual e bem comunicada a fim de evitar volatilidade indevida. Além disso, devem dar orientações sobre futuras alterações aos quadros de políticas, caso tais alterações se justifiquem.

### A cooperação internacional continua a ser crucial

A **ação multilateral** coordenada e sustentada é essencial para auxiliar os países a superarem o impacto da pandemia e regressarem à trajetória de convergência de rendimentos com as economias avançadas que se verificava antes da pandemia.

Neste contexto, o FMI agiu com celeridade e determinação para ajudar a suprir uma parte significativa das necessidades da região e catalisar apoio adicional por parte da comunidade internacional. O FMI concedeu rapidamente empréstimos ao abrigo da Linha de Crédito Rápido e do Instrumento de Financiamento Rápido, aumentou o acesso no contexto dos programas existentes e concedeu alívio da dívida aos seus países membros mais vulneráveis através do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT, na sigla inglesa). Até setembro de 2021, o FMI já disponibilizou cerca de 24 mil milhões de USD em apoio à região, dos quais 16,5 mil milhões de USD para **assistência de emergência**, e concedeu **alívio do serviço da dívida** ao abrigo do CCRT a 22 países, ascendendo a 596 milhões de USD (Caixa 5). Conjuntamente com iniciativas similares por parte de doadores bilaterais e outros bancos de desenvolvimento multilaterais, este esforço de financiamento libertou recursos críticos para despesas de saúde e sociais, além de que atenuou alguns dos piores efeitos da crise. Em julho de 2021, o FMI também aprovou um pacote de reformas para continuar a apoiar as necessidades de financiamento dos países de baixo rendimento, inclusivamente por meio da ampliação dos limites de acesso para facilitar a disponibilização de novos financiamentos concessionais para os países mais pobres.

Reconhecendo que uma crise desta magnitude exigirá mais recursos, a **alocação de DSE** no valor de 650 mil milhões de USD em agosto foi mais um balão de oxigénio para os países da região, reforçando as reservas e proporcionando recursos suplementares para a recuperação e transformação económicas. Perspetivando o futuro, a **canalização voluntária** de DSE dos países com fortes posições externas para aqueles mais necessitados pode maximizar o impacto

da nova alocação de DSE. Estes recursos podem ser canalizados através do Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento, a fim de alargar o conjunto disponível de empréstimos concessionais para os países de baixo rendimento; para um novo fundo fiduciário que está em estudo – o Fundo Fiduciário para a Resiliência e a Sustentabilidade –, para ajudar as economias pobres e mais vulneráveis nas transformações estruturais, incluindo uma recuperação mais verde e a preparação para lidar com pandemias; ou por meio de empréstimos a bancos multilaterais de desenvolvimento, entre outras opções. Se forem utilizados de forma criteriosa, estes recursos podem moldar a trajetória de recuperação pós-pandemia da região.

Garantir uma **distribuição mais rápida das vacinas** na África Subsaariana é um bem público mundial (Caixa 4). Quanto mais o mundo permitir que uma grande parte da sua população não esteja vacinada, maior as hipóteses de desenvolvimento de novas variantes do vírus, assim reforçando a possibilidade de uma pandemia mais prolongada. O caminho de um mundo livre da Covid-19 passa pela África Subsaariana. Por conseguinte, é essencial uma estratégia multilateral para ajudar a monitorizar, coordenar e promover o fornecimento de vacinas, terapias e ferramentas de diagnóstico da Covid-19 para a região, bem como para mobilizar as partes interessadas relevantes a fim de eliminarem os bloqueios críticos.

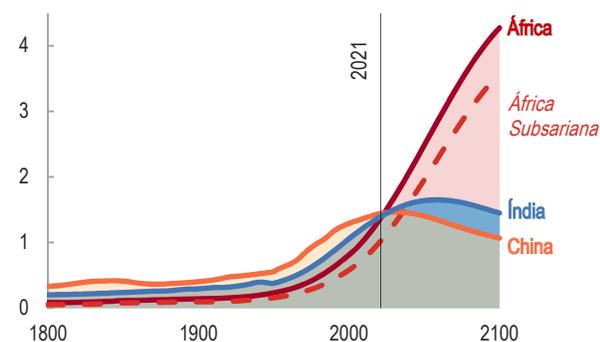
## O CAMINHO PARA O FUTURO: GARANTIR O LUGAR DA REGIÃO NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

### Criar as condições para o século africano

Ao longo das próximas três décadas, a população mundial deverá crescer cerca de 2 mil milhões de pessoas. Metade desse crescimento terá lugar na África Subsaariana, uma vez que se prevê que a população da região **duplique, passando de aproximadamente mil milhões para 2 mil milhões de pessoas** (Gráfico 24).

Esta tendência representa o **maior desafio da região**, mas também constitui, porventura, **a sua maior oportunidade**: traduz um vasto conjunto de talento e criatividade humana, com mil milhões de pessoas a interagirem cada vez com maior intensidade, todas procurando novas formas de se valorizarem a si e às suas comunidades. Neste contexto, e ao contrário de

**Gráfico 24. Economias selecionadas: População, 1800–2100**  
(Mil milhões)



Fontes: Our World in Data; e o cenário intermédio da United Nations Population Prospects Revision (2019).

muitas outras regiões, a população em idade ativa da África Subsariana (dos 25 aos 64 anos) está a crescer a um ritmo mais rápido do que qualquer outro grupo etário, o que oferece uma oportunidade preciosa para um crescimento acelerado. Mais de 1,5 milhões de pessoas entram no mercado de trabalho todos os meses. No prazo de 10 a 15 anos, mais de metade dos novos trabalhadores a nível mundial serão da África Subsariana, convertendo a região, potencialmente, numa das economias mais dinâmicas do mundo e num dos seus mercados mais importantes<sup>12</sup>.

### *O aproveitamento deste potencial irá exigir reformas transformadoras ousadas*

O primeiro passo para realizar o potencial dividendo demográfico é, obviamente, garantir que a população está suficientemente **saudável e instruída** para participar na economia mundial. Contudo, em ambas as áreas, a pandemia da Covid-19 resultou em reveses significativos devido ao prolongado encerramento das escolas e à perturbação de campanhas essenciais contra o sarampo, a malária e outras doenças crónicas<sup>13</sup>. A recuperação do terreno perdido será essencial (e dispendiosa), mas não poderá prosseguir enquanto a população ainda se encontrar em risco de contrair o vírus. Por conseguinte, um esforço de vacinação célere e abrangente é uma pré-condição essencial para uma reforma a longo prazo coroada de êxito.

Além de uma força de trabalho saudável e qualificada, o crescimento sustentado irá exigir que os novos trabalhadores no mercado de trabalho encontrem novas oportunidades de emprego. Por seu turno,

tal irá exigir reformas para assegurar **um ambiente de negócios propício ao crescimento e a mais investimento privado**. Há muito que estas reformas são claras e incluem melhorar a concorrência nos mercados, eliminar os principais estrangulamentos (como eletricidade pouco fiável), criar condições equitativas para as empresas públicas e privadas, alinhar o tratamento das empresas nos setores formal e informal, reduzir a burocracia, melhorar a governação e alargar a inclusão financeira (ver a edição de abril de 2021 das *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana*). Além disso, a difusão global de **tecnologias digitais** promete criar novas oportunidades para o progresso e a inclusão, de modo que as reformas digitais e as infraestruturas contribuirão para o reforço da resiliência e eficiência da África Subsariana, alargando o acesso a mercados globais, melhorando a prestação de serviços públicos, aumentando a transparência e prestação de contas, assim como promovendo a criação de novos empregos. De igual modo, uma das perspetivas mais promissoras da região decorre da nova **Zona de Comércio Livre Continental de África**, um potencial mercado de 1,3 mil milhões de pessoas com um PIB combinado de quase 2,5 biliões de USD. O sucesso deste quadro de integração comercial não só diminuiria a vulnerabilidade de África a perturbações globais, como também irá reforçar a competitividade regional, atrair investimento estrangeiro e promover a segurança alimentar (ver a edição de outubro de 2019 das *Perspetivas Económicas da África Subsariana*).

### **À luz das alterações climáticas**

#### *Um problema global cada vez mais urgente...*

Sem que exista qualquer ação deliberada para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) à escala mundial, o planeta está **em vias de atingir temperaturas nunca antes vistas em milhões de anos**, com consequências potencialmente catastróficas. Neste contexto, uma esmagadora maioria dos países adotou o Acordo de Paris de 2015, com o objetivo de limitar o aumento da temperatura do planeta a 1,5 graus Celsius (°C).

Contudo, mais recentemente, a primeira parte do Sexto Relatório de Avaliação do Painel Governamental

<sup>12</sup> Abdychev, Aidar, Cristian Alonso, Emre Alper, Dominique Desruelle, Siddharth Kothari, Yun Liu, Mathilde Perinet, Sidra Rehman, Axel Schimmelpfennig e Preya Sharma. 2018. “The Future of Work in Sub-Saharan Africa”. IMF Departmental Paper 18/18, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.

<sup>13</sup> Benedek, Dora, Edward Gemayel, Abdelhak Senhadji e Alexander Tieman. 2021. “A Post-Pandemic Assessment of the Sustainable Development Goals”. IMF Staff Discussion Note 2021/003, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.

sobre as Alterações Climáticas (IPCC, na sigla inglesa) sugeriu que o ritmo de aquecimento está a avançar mais rápido do que o previsto e que, sem uma redução drástica e imediata das emissões, o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C ou até mesmo 2°C poderá estar fora de alcance<sup>14</sup>.

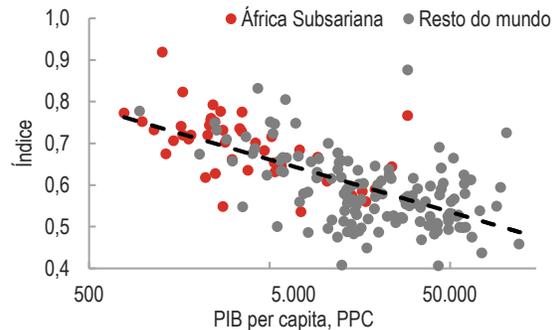
*...com um impacto desmesurado na região*

Tal tem implicações dramáticas para a África Subsariana. Embora a região seja a que menos contribui para as emissões de GEE (menos de 3% das emissões globais) é porventura a mais vulnerável aos choques relacionados com o clima (Gráfico 25). Um terço das secas registadas a nível mundial já ocorrem na África Subsariana e a dependência da região da agricultura pluvial torna-a especialmente vulnerável ao aumento das temperaturas e a fenómenos meteorológicos extremos. Além disso, o relatório do IPCC refere que **as temperaturas subiram mais rapidamente** em África face à média mundial, e os níveis do mar também subiram a um ritmo mais rápido do que a média mundial. Neste contexto:

- Os cálculos do FMI sugerem que uma única seca pode reduzir em 1 ponto percentual o crescimento a médio prazo de um país africano, o que constitui um impacto oito vezes maior do que nas outras economias de mercados emergentes e em desenvolvimento (ver a edição de abril de 2020 das *Perspetivas Económicas para a África Subsariana*).
- Da mesma forma, num determinado mês, um aumento de 0,5°C nas temperaturas pode significar uma redução de 1% na atividade, quase 60% mais do que noutras economias de mercados emergentes e em desenvolvimento.

Perspetivando o futuro, o relatório do IPCC prevê que: 1) a frequência e a intensidade dos fenómenos de precipitação forte irão aumentar em quase toda a África, 2) o aumento dos fenómenos de calor extremo (incluindo ondas de calor) irá continuar e 3) a subida do nível médio da água do mar do continente irá, provavelmente, aumentar a frequência e gravidade das inundações costeiras e da erosão nas áreas de baixa altitude. Além disso, a frequência das secas deverá aumentar na África austral e meridional, assim como

**Gráfico 25. África Subsariana: Vulnerabilidade às alterações climáticas, 2019**



Fontes: Notre Dame Global Adaptation Initiative; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Nota: PPC = paridade de poder de compra.

em **Madagáscar**, que já se encontra a braços com uma seca devastadora e alegadamente está à beira da **primeira fome do mundo induzida pelas alterações climáticas**.

Além disso, as alterações climáticas podem ter um **efeito multiplicador nos conflitos e na fragilidade**, agravando as tensões preexistentes, a fraca governação e outras preocupações socioeconómicas (Burquina Faso, Mali, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Sudão do Sul). Neste contexto, alguns estudos sugeriram que um aumento de 0,5°C na temperatura está associado a uma subida de 10 a 20% no risco de um conflito devastador, uma vez que o agravamento da segurança alimentar, a deslocação das populações e a escassez de água podem gerar mais insegurança e violência<sup>15,16</sup>.

*O mundo avança para um futuro mais verde...*

A pandemia da Covid-19 provocou uma mudança significativa na natureza do crescimento mundial, acelerando o ritmo de digitalização para muitos e conferindo um impulso para esforços de reforma mais sérios e coordenados com vista ao combate às alterações climáticas. Por exemplo, os enormes programas de recuperação anunciados em várias economias avançadas (Estados Unidos, União Europeia) irão estimular a tão necessária transformação verde da economia mundial.

<sup>14</sup> Painel Governamental sobre as Alterações Climáticas. 2021. “Climate Change 2021: The Physical Science Basis”. Genebra, Suíça.

<sup>15</sup> Burke, Marshall, Solomon M. Hsiang e Edward Miguel. 2015. “Climate and Conflict”. *Annual Review of Economics* 7 (agosto): 577-617.

<sup>16</sup> Hegazi, Farah, Florian Krampe e Elizabeth Smith. 2021. “Climate-Related Security Risks and Peacebuilding in Mali”. SIPRI Policy Paper 60, Stockholm International Peace Research Institute, Solna, Suécia.

*... gerando novos desafios e oportunidades para a África Subsariana*

Um processo de **transição energética a nível mundial** poderá constituir um dos desafios mais importantes para a África Subsariana. Por um lado, os esforços à escala global para abrandar o ritmo das alterações climáticas trariam benefícios evidentes ao desacelerarem o impacto do aquecimento global em África. Por outro lado, a implementação de um esforço paralelo nos países da África Subsariana poderá comportar custos substanciais. Os impostos sobre o carbono e a supressão dos subsídios aos combustíveis fósseis, juntamente com a introdução de taxas sobre as faturas de eletricidade, podem aumentar o custo da eletricidade e dos combustíveis, colocando problemas em termos de acessibilidade de preços para grandes franjas da população. De igual modo, os esforços das economias avançadas para evitarem as fugas de carbono mediante a imposição de uma taxa especial sobre as importações intensivas em carbono poderão afetar o comércio mundial e as oportunidades de exportação (Caixa 3). O impacto eventualmente prolongado da transição sobre o emprego em países que dependem bastante dos combustíveis fósseis poderá constituir um desafio adicional<sup>17</sup>. Em suma, o caminho à frente irá exigir um delicado exercício de equilíbrio: pesar os cada vez mais alarmantes custos da inação face aos por vezes concentrados custos do ajustamento, ao mesmo tempo que se assegura que o fardo global da transição é partilhado de forma equitativa.

Numa perspetiva mais ampla, a transição energética significa que os países na região terão de adotar um **modelo de crescimento diferente** daquele seguido previamente por muitas economias avançadas: passando dos combustíveis fósseis para uma trajetória de industrialização de baixo carbono. Sem dúvida, a região tem um potencial inigualável em matéria de energias renováveis, sobretudo no que toca o uso de energia solar, para atender às suas próprias necessidades de desenvolvimento e para fins de exportação. Pode também tirar partido da sua abundância de minerais estratégicos. Neste contexto, a revolução digital global, a adoção das tecnologias de energia eólica e solar, assim como o aumento da fiabilidade das células de combustível para alimentar os veículos elétricos, irão impulsionar a procura mundial de matérias-primas essenciais, como o cobalto, o cobre e o níquel. No

caso do cobalto, a República Democrática do Congo representa aproximadamente 70% da produção mundial e 50% das reservas mundiais. Num cenário de zero emissões líquidas de carbono até 2050, os preços do cobalto, lítio e níquel deverão subir várias centenas por cento face aos níveis de 2020. Para os exportadores, tal poderá representar um aumento para o sêxtuplo do valor da produção dos metais, rivalizando, porventura, com o valor da produção de petróleo (ver a edição de outubro de 2021 do *World Economic Outlook*, capítulo 1).

*Os esforços locais para responder às alterações climáticas...*

Os decisores políticos na África Subsariana terão de responder às alterações climáticas através de uma **combinação de medidas de adaptação e mitigação**. Por adaptação pode entender-se o processo de ajustamento aos efeitos atuais e futuros das alterações climáticas, enquanto a mitigação implica diminuir o impacto das alterações climáticas mediante a prevenção ou limitação das emissões de gases com efeito de estufa.

Muitos dos esforços de políticas na região terão de estar centrados na **adaptação** a um clima em mudança. As medidas terão de ser abrangentes, desde a irrigação e introdução de culturas resistentes a secas, à implementação de mecanismos de melhor partilha do risco e proteção social, passando por melhores infraestruturas, uma gestão mais eficiente dos terrenos através de soluções digitais, soluções normativas para adaptação do setor privado e investimentos na saúde e educação.

Infelizmente, a **adaptação é dispendiosa**. Os cálculos do FMI sugerem que serão necessários 30 a 50 mil milhões de USD anualmente, o que equivale a 2 a 3% do PIB da região. Tendo em conta o limitado espaço orçamental da maioria das economias – que será ainda mais restrito enquanto a pandemia persistir – poucos serão os países que poderão comportar este valor facilmente.

Ainda que sejam elevados, estes custos são significativamente inferiores aos custos da inação. Comportáveis ou não, sem estas despesas a África Subsariana poderá ser confrontada com um número crescente de emergências humanitárias relacionadas com o clima, que desviam a atenção das autoridades

<sup>17</sup> Fundo Monetário Internacional. 2021. “Climate Change Adaptation and Transition Issues in a Low Income Country Oil Exporter”. Republic of Congo, 2021 Article IV Consultation, Selected Issues Paper. Outubro.

do desenvolvimento a longo prazo e condicionam a capacidade da região para se inserir na economia mundial.

*... irão exigir um nível considerável de financiamento externo...*

Perante as poucas opções, a mobilização de **financiamento externo** tanto junto de fontes públicas como privadas será uma prioridade principal para a maioria dos países da África Subariana.

- Os **fundos climáticos** podem proporcionar subvenções consideráveis para financiar projetos de adaptação e mitigação, ao mesmo tempo que catalisam a inovação climática e a participação do setor privado.
- As **obrigações verdes** poderão ser consignadas a projetos com retorno elevado e risco baixo. Para países com prémios de risco elevados, a emissão de obrigações verdes irá exigir, muitas vezes, um quadro orçamental credível e uma melhor gestão da dívida.
- À medida que os mercados financeiros da África Subariana se tornam mais sofisticados e os prémios de risco diminuem, poderá surgir todo um leque de **outras opções de financiamento inovadoras**, que devem ajudar os governos, empresas e famílias a realizar os investimentos necessários<sup>18</sup>.
- Em função da evolução dos mercados internacionais para créditos ambientais ou **créditos de carbono**, estes poderão constituir outra fonte potencial de financiamento. A região tem um vasto potencial para o sequestro de emissões. A Bacia do Congo, por exemplo, aloja um quarto das florestas tropicais do mundo, que retiram dióxido de carbono da atmosfera e regulam uma grande parte do ciclo da água da região.

*... e estratégias de desenvolvimento centradas no clima*

**As estratégias nacionais para o desenvolvimento devem integrar objetivos relacionados com o clima.**

Por exemplo, devem refletir os eventuais objetivos

ou metas quantitativas a longo prazo definidas no quadro das contribuições determinadas nacionalmente ao abrigo do Acordo de Paris ou Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relevantes para o clima. A África do Sul já incluiu as suas metas e objetivos relacionados com o clima no seu plano nacional para o desenvolvimento.

**Mais resiliência exige mais diversificação.** Neste contexto, as autoridades devem assegurar que as suas atuais estratégias de diversificação estão devidamente alinhadas com os contornos de uma nova economia global pós-Covid-19, lançando as bases para uma recuperação mais rápida, inteligente e verde, ao mesmo tempo que são consentâneas com os objetivos das autoridades em matéria de crescimento verde e resiliência climática. Os países dependentes do petróleo devem intensificar os esforços para desenvolver indústrias exportadoras alternativas, à luz da aceleração da adoção de veículos elétricos a nível mundial e dos esforços globais para combater as alterações climáticas.

**As estratégias orçamentais a médio prazo devem integrar riscos relacionados com o clima.** Tendo em conta o impacto das alterações climáticas, as autoridades devem garantir que os seus quadros orçamentais mantêm a credibilidade face aos riscos relacionados com o clima. Estes incluem, designadamente, os custos associados à mitigação, incluindo eventuais efeitos secundários das medidas noutros países (por exemplo, ajustamentos fiscais nas fronteiras ou restrições às viagens aéreas), e os potenciais custos da adaptação, incluindo eventuais riscos relacionados com o clima para as infraestruturas. Estes riscos podem originar grandes necessidades de endividamento e devem fazer parte das estratégias de gestão do orçamento e da dívida das autoridades, assim como das respetivas análises da sustentabilidade da dívida e quadros orçamentais a médio prazo<sup>19</sup>.

Se for bem-sucedida, a região está posicionada para cumprir a promessa do século africano, contribuindo para um futuro mais verde e mais próspero para o continente e para o mundo.

<sup>18</sup> Devine, Hilary, Adrian Peralta-Alva, Hoda Selim, Preya Sharma, Ludger Wocken e Luc Eyraud. 2021. “Private Finance for Development: Wishful Thinking or Thinking Out of the Box?”, IMF Departmental Paper No. 2021/011, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.

<sup>19</sup> Gonguet, Fabien, Claude Wendling, Ozlem Aydin Sakrak e Bryn Battersby. 2021. “Climate-Sensitive Management of Public Finances—‘Green PFM’”, IMF Staff Climate Note No. 2021/002, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.

### Caixa 1. Inflação alimentar na África Subsariana

A inflação dos produtos alimentares na região tem vindo numa trajetória ascendente desde 2019, situando-se, em média, em 10,9% em agosto (em termos homólogos) nos 25 países para os quais estão disponíveis dados mensais (Gráfico 1.1). O recente aumento da inflação dos produtos alimentares reflete, em parte, o efeito de repercussão dos preços dos alimentos à escala mundial, que subiram cerca de 30% em agosto (em termos homólogos; Gráfico 1.2). A subida dos preços dos alimentos a nível global reflete possivelmente o aumento dos preços do petróleo (implicando o aumento da procura de biocombustíveis e a subida dos custos da energia), as secas e as restrições às exportações em alguns dos mais importantes exportadores de produtos alimentares, e a acumulação de reservas em alguns países<sup>1</sup>. Além disso, durante a pandemia, as medidas de contenção também poderão ter perturbado a produção e as importações de sementes e fertilizantes, assim como causaram escassez de mão de obra durante as épocas de sementeira. Os fatores internos, incluindo as condições meteorológicas, as taxas de câmbio, os custos de transporte e os conflitos, também influenciaram a subida dos preços dos alimentos na região<sup>2</sup>. Explicam ainda a heterogeneidade considerável na inflação dos produtos alimentares entre países, que varia de quase zero no Chade para mais de 30% em Angola.

O aumento da inflação dos produtos alimentares contribuiu para a subida da inflação do índice de preços no consumidor (IPC). Em média, a inflação do IPC na região avançou para 7,8% em agosto, em termos homólogos, face a 3–4% no início de 2019. O aumento dos preços dos alimentos fez subir a inflação do IPC em virtude do grande peso dos produtos alimentares no cabaz de consumo da região (cerca de 40%). Mas os artigos alimentares não foram os únicos fatores que impulsionaram a subida da inflação do IPC agregada. Alguns fatores globais, como as perturbações na cadeia de abastecimento relacionadas com a pandemia e a subida dos preços

das matérias-primas, assim como as alterações dos preços administrados a nível interno, afetaram igualmente o nível de preços gerais na região (ver capítulos 1 e 2 do *World Economic Outlook* de outubro de 2021).

Os efeitos da inflação dos produtos alimentares na inflação do IPC agregado devem dissipar-se a médio prazo. Por exemplo, a estabilização dos preços do petróleo ajudaria a aliviar a pressão sobre os preços dos alimentos. Além disso, a inflação do IPC deverá moderar com a descida dos preços das matérias-primas e a resolução das perturbações nas cadeias de abastecimento globais provocadas pela pandemia. Porém, a incerteza em torno das perspetivas para a inflação permanece elevada. A inflação dos produtos alimentares poderá persistir elevada, se as expectativas de inflação deixarem de estar ancoradas ou as perturbações na cadeia de abastecimento subsistirem.

A subida da inflação dos produtos alimentares pode agravar a insegurança alimentar e a escassez de alimentos, devido ao impacto desproporcional sobre os pobres na África Subsariana. Calcula-se que o número de pessoas subnutridas na região já aumentou 20% em um ano, para 264 milhões em 2020. É possível reduzir os riscos da insegurança alimentar:

- Prestando assistência e proteção social direcionadas para ajudar as populações a fazer face às consequências (ver o capítulo 2 das *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana* de abril de 2020). Os mecanismos de resposta também poderão ser reforçados mediante o incremento do acesso a financiamento, lotes de sementes, inseticidas, fertilizantes, irrigação e medidas de combate à erosão. Uma cobertura de telemóvel mais fiável também poderia ajudar a resolver as assimetrias de informação.
- Evitando as barreiras comerciais, que afetam adversamente os incentivos à produção de alimentos a longo prazo.

**Gráfico 1.1. África Subsariana: Inflação dos produtos alimentares e inflação do IPC**  
(Porcentagem)



Fontes: Autoridades nacionais; e Haver Analytics.

Nota: Média de 25 países para os quais estão disponíveis dados sobre o índice de preços no consumidor. IPC = índice de preços no consumidor.

**Gráfico 1.2. África Subsariana: Índice de preços dos alimentos da FAO e preços spot do petróleo WTI**



Fontes: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); e Haver Analytics.  
Nota: WTI = West Texas Intermediate.

Esta caixa foi elaborada por Seung Mo Choi.

<sup>1</sup> Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. 2021. *Food Outlook – Biannual Report on Global Food Markets*. Roma, junho.

<sup>2</sup> Alper, Emre, Niko A. Hobdari e Ali Uppal. 2016. “Food Inflation in Sub-Saharan Africa: Causes and Policy Implications”. IMF Working Paper 16/247, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.

## Caixa 2. Alocação de Direitos de Saque Especial: Uma esperança para a África Subariana

Em 23 de agosto de 2021, os países da África Subariana receberam cerca de 23 mil milhões de USD da alocação geral de Direitos de Saque Especiais (DSE) no valor de 650 mil milhões de USD, a maior alocação de DSE na história do FMI. Esta alocação destina-se a ajudar todos os países membros do FMI – e sobretudo os mais vulneráveis – a lidar com o impacto da crise da Covid-19. Os DSE estão a ser atribuídos aos países proporcionalmente às respetivas quotas no FMI, com os mercados emergentes e os países de baixo rendimento da ASS a receberem 10 mil milhões de USD e 13 mil milhões de USD, respetivamente. A alocação é considerável para muitos países, tendo em conta a dimensão da sua economia. Por exemplo, a alocação situa-se bem acima de 5% do PIB para Burundi, Libéria, Serra Leoa, Sudão do Sul e Zâmbia. As duas maiores economias da região – África do Sul e Nigéria – representam um terço da alocação total de DSE.

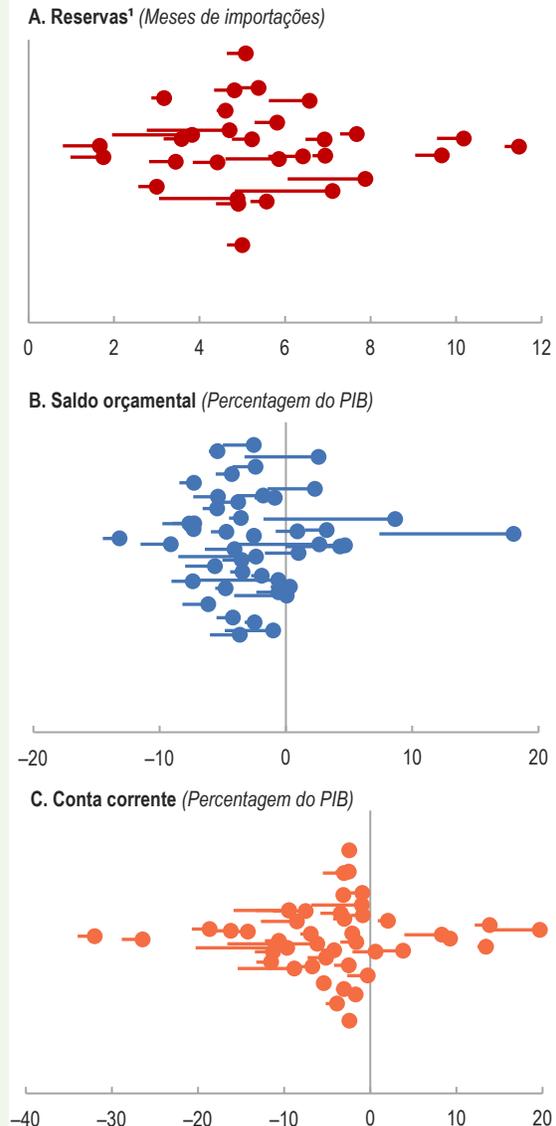
Como os DSE são ativos de reserva incondicionais, a sua alocação proporciona liquidez adicional aos países da África Subariana que deparam-se com escolhas de políticas particularmente difíceis devido à maior vulnerabilidade, à menor capacidade e a um espaço mais limitado para a formulação de políticas. Assim, os países membros com reservas aquém dos níveis adequados podem usar a sua alocação de DSE para reforçar as reservas, manter uma política monetária acomodatória para promover a recuperação económica, ou ambos. Os países também podem usar a alocação de DSE para ajudar a financiar as despesas públicas necessárias para possibilitar o acesso às vacinas da Covid-19 ou outros cuidados de saúde. Recomenda-se que os países membros usem a alocação de DSE de uma forma consentânea com a sustentabilidade macroeconómica e a transparência, sem adiar o necessário ajustamento económico, as reformas e a reestruturação da dívida<sup>1</sup>.

A alocação de DSE pode reforçar as reservas cambiais da região em cerca de 25% (50%) excluindo (incluindo) os casos extremos (Sudão do Sul, Zâmbia e Zimbabué), em média (Gráfico 2.1.1). Se os países da África Subariana optarem por usar a alocação de DSE para apoio orçamental – por exemplo, para reduzir a dependência de fontes de dívida interna ou externa mais dispendiosas ou para criar espaço orçamental – a alocação de DSE pode proporcionar financiamento para cobrir cerca de metade dos défices orçamentais da região ou financiar cerca de um terço do défice de conta corrente, em média (Gráficos 2.1.2 e 2.1.3).

Esta caixa foi elaborada por Mai Farid.

<sup>1</sup> Para mais informações, ver Fundo Monetário Internacional. 2021. “Guidance Note for Fund Staff on the Treatment and Use of SDR Allocations”. IMF Policy Paper 2021/059, Washington, DC.

Gráfico 2.1. África Subariana: Impacto da alocação de DSE nas reservas, saldo orçamental e conta corrente, 2021



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; dados do Departamento Financeiro do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Exclui os países membros da CEMAC e UEMOA.

Nota: CEMAC = Comunidade Económica e Monetária da África Central; UEMOA = União Económica e Monetária Oeste-Africana.

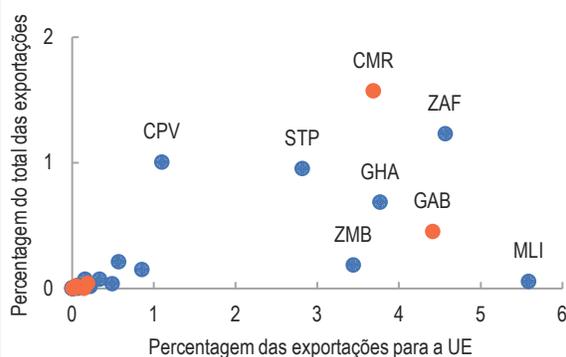
### Caixa 3. Fixação dos preços do carbono: Implicações para a África Subsariana

Os países estão a avançar na implementação da fixação dos preços do carbono a fim de honrarem os seus compromissos de redução das emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e outros gases com efeito de estufa (GEE) ao abrigo do Acordo de Paris de 2015. Tais medidas – por exemplo, os regimes de comércio de emissões ou os impostos sobre o carbono – visam aumentar o custo das emissões de CO<sub>2</sub>, incentivando o desenvolvimento de tecnologias que são muito menos intensivas em termos de CO<sub>2</sub>. A Comissão Europeia propõe um novo Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (CBAM, na sigla inglesa), que teria como objetivo fixar o preço das emissões de carbono incorporadas em determinadas importações da União Europeia (UE) a um preço do carbono igual àquele que os produtores da UE enfrentam. Espera-se que tal ajude a reduzir as “fugas de carbono” que podem ocorrer quando o preço do carbono interno incentiva a migração da produção para países com políticas ambientais menos ambiciosas<sup>1</sup>. Na prática, contudo, parece que o CBAM seria, em grande parte, baseado em estimativas específicas do produto ou do país e não tanto nos níveis reais do carbono incorporado. A proposta prevê uma introdução gradual do CBAM com início em 2023, sendo que numa fase inicial aplicar-se-á a um determinado número de produtos com um elevado risco de fugas de carbono: ferro e aço, cimento, fertilizantes, alumínio e produção de eletricidade.

As políticas de fixação dos preços do carbono no estrangeiro podem penalizar e restringir os fluxos comerciais da África Subsariana ao longo do tempo. A aplicação não uniforme dos preços do carbono a nível mundial suscitaria preocupações em matéria de distorções comerciais. Em especial, as empresas que se deparam com elevados preços do carbono podem estar numa posição de desvantagem em termos de custos relativamente às empresas em jurisdições com preços do carbono baixos. Numa fase inicial, o próprio CBAM terá como alvo uma pequena proporção (4%) das exportações

da África Subsariana para a UE (ou cerca de 1% do total das exportações da África Subsariana). Contudo, a UE deverá alargar o âmbito do CBAM a outros produtos e serviços até 2026. Além disso, o impacto do CBAM irá variar bastante consoante o país – não obstante a limitada cobertura inicial, irá afetar 59% das exportações de Moçambique para a UE face a 3,8% das exportações do Gana (18% e 0,7% do total de exportações, respetivamente) (Gráfico 3.1). O CBAM irá conduzir a um declínio das exportações dos países em desenvolvimento a favor dos países desenvolvidos, que tendem a ter processos de produção com menor intensidade de carbono. Calculou-se que a tarifa de importação equivalente ao CBAM chegasse aos 33% para as exportações de cimento dos países da África Ocidental e 10% para as exportações de alumínio da África do Sul<sup>2</sup>.

Gráfico 3.1. África Subsariana: Comércio sujeito ao CBAM, 2019  
(Percentagem, laranja = exportadores de petróleo)



Fontes: Base de dados das Estatísticas do Comércio Internacional das Nações Unidas (COMTRADE); e cálculos do corpo técnico do FMI. Nota: Moçambique e Zimbabué estão omitidos como valores atípicos, com a proporção de exportações para a UE (total) a cifrar-se em 59 (18) e 23 (3,4), respetivamente. Os rótulos de dados usam os códigos de país da Organização Internacional de Normalização. CBAM = mecanismo de ajustamento de carbono nas fronteiras; UE = União Europeia.

Esta caixa foi elaborada por Shushanik Hakobyan.

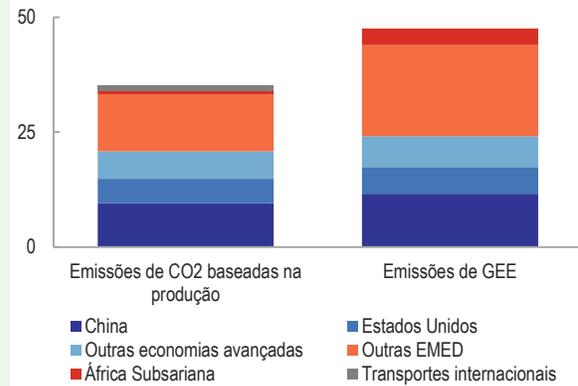
<sup>1</sup> Parry, Ian, Peter Dohlnan, Cory Hillier, Martin Kaufman, Kyung Kwak, Florian Misch, James Roaf e Christophe Waerzeggers. 2021. “Carbon Pricing: What Role for Border Carbon Adjustments?” IMF Staff Climate Note 2021/004, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.

<sup>2</sup> UNCTAD. 2021. “A European Union Carbon Border Adjustment Mechanism: Implications for Developing Countries”. Genebra.

**Caixa 3, conclusão**

A fixação dos preços do carbono na África Subsaariana ainda está a dar os primeiros passos. A África do Sul é o único país na região que implementou um imposto sobre o carbono em junho de 2019, enquanto a Côte d'Ivoire e o Senegal ainda estão só a explorar a possibilidade de fixação dos preços do carbono. Outros países dependem de instrumentos diretos para reduzir as emissões de carbono, como os impostos sobre tecnologias ineficientes do ponto de vista energético (Maláui, Quênia, Uganda, Zâmbia) ou impostos sobre os combustíveis fósseis (Botsuana, Maurícias, Zimbabuê). Tendo em conta o perfil de baixas emissões de GEE da região (menos de 3% das emissões mundiais de CO2), os mecanismos de fixação dos preços do carbono não tradicionais (por exemplo, a conservação florestal e a reforma dos subsídios aos combustíveis fósseis) poderão revelar-se mais adequados no contexto da África Subsaariana (Gráfico 3.2). De igual modo, os países precisam de desenvolver as capacidades e as instituições necessárias para a eficiente implementação e aplicação dos preços do carbono e ter em conta os potenciais custos. Tal irá implicar a transferência de tecnologia das economias mais avançadas e apoio por parte da comunidade internacional.

**Gráfico 3.2. Regiões selecionadas: Emissões de CO2 e GEE, 2016**  
(Mil milhões de toneladas)

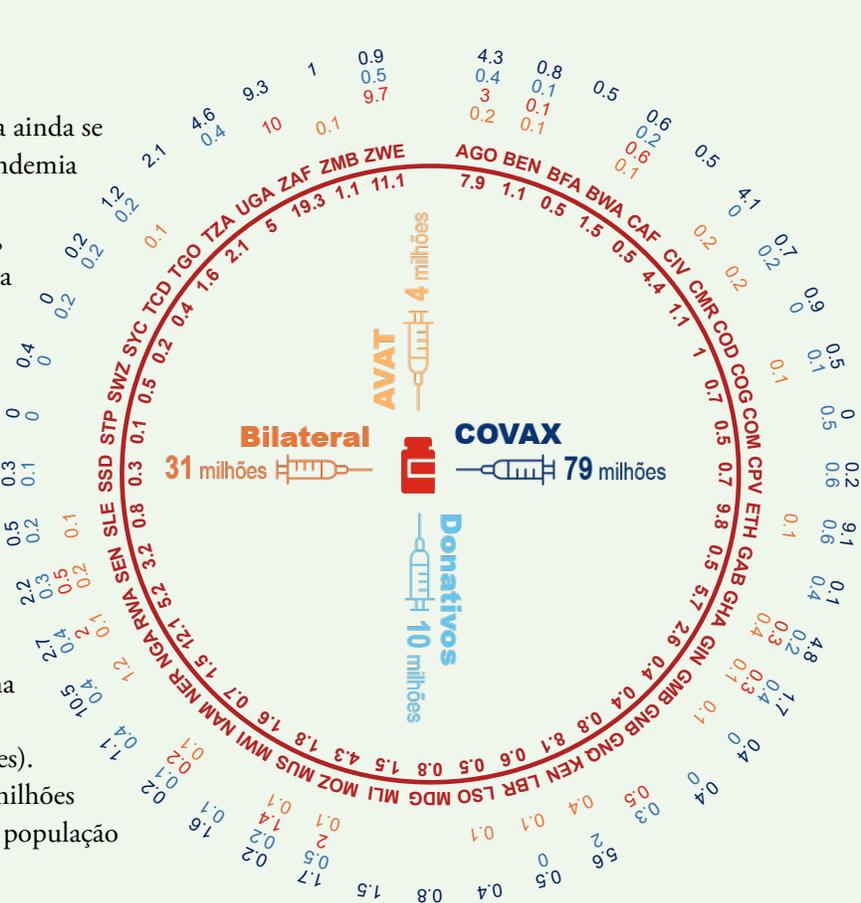


Fontes: Our World In Data; e cálculos do corpo técnico do FMI.  
Nota: CO2 = dióxido de carbono; EMED = economias de mercados emergentes e em desenvolvimento; GEE = gases com efeito de estufa.

### Caixa 4. Fornecimento e distribuição de vacinas da Covid-19 na África Subsariana

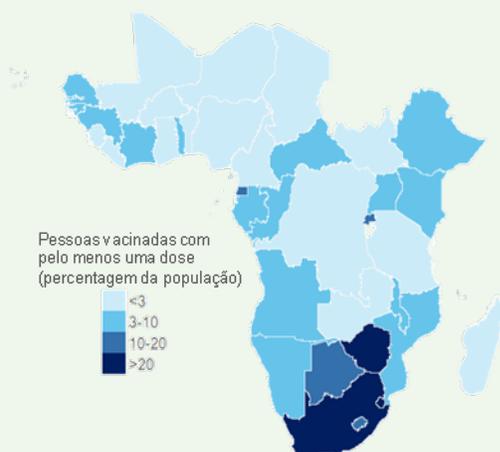
**125 milhões de doses entregues**

Os países na África Subsariana ainda se encontram a braços com a pandemia e têm registado um ritmo de vacinação bastante mais lento, prejudicado pela falta de oferta de vacinas e as restrições às exportações impostas pelos principais produtores. Até ao momento, foram entregues 125 milhões de doses de vacinas, muitas das quais através de iniciativas multilaterais, como o mecanismo COVAX e o Fundo Africano para Aquisição de Vacinas (AVAT), incluindo sob a forma de donativos das economias avançadas (50 milhões de doses). São necessárias cerca de 880 milhões de doses para vacinar 40% da população na África Subsariana.



### O acesso às vacinas continua difícil, ameaçando retardar a recuperação

As Seicheles administraram a primeira vacina da Covid-19 a 10 de janeiro de 2021. Desde então, foram administradas 73 milhões de doses na região. Contudo, a taxa de vacinação da África Subsariana é inferior à do resto do mundo.



### Taxa de vacinação mais baixa no mundo

**49** milhões de pessoas ou **4,5%** da população receberam pelo menos uma dose da vacina da Covid-19

**Totalmente**  
**vacinadas**

**29**  
milhões de pessoas

**2,6%**  
da população

### São Tomé e Príncipe

Taxa de vacinação mais alta na primeira semana de outubro de 2021

A vacinação em massa não arrancou no **Burundi e Eritreia**

Fontes: Airfinity, UNICEF COVID-19 Vaccine Market Dashboard; Our World in Data; e cálculos do corpo técnico do FMI.

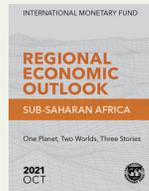
Nota: Dados até 7 de outubro de 2021.

Caixa 5. Destaques da atuação do FMI na África Subsaariana

**SUPERVISÃO**

**5**

Perspetivas Económicas Regionais



**FSAP**

em curso na África do Sul UEMOA

**5** Departmental Papers

**5** Notas especiais sobre COVID-19

**35** Working Papers

**15** consultas do Artigo IV

**31** avaliações de programas

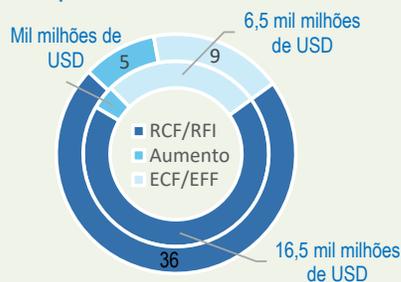


Visitas a blogues e artigos sobre países em destaque

**196.106**

**FINANCIAMENTO**

**24** mil milhões de USD em assistência financeira a **38** países



Assistência de emergência **16,5** mil milhões de USD a **36** países



Alívio do serviço da dívida CCRT

**3** tranches

**22** países

**596** milhões de USD

Nova alocação de DSE

**23** mil milhões de USD para a África Subsaariana

**DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES**

Mais de **3000** missões de DC

**3366** representantes governamentais formados

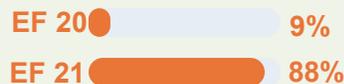
**1672** missões no terreno

**1567** missões virtuais

**575** workshops regionais

**92** formações online

Transição para missões virtuais



Missões a

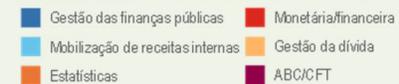
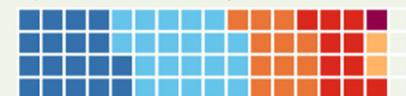
Pequenos Estados **333**

Estados frágeis **1143**

Países de baixo rendimento **2131**

Despesa de DC do AFR

(Áreas de elevada procura no EF 22, 1 quadrado = 1 milhão de USD)



Áreas de rápido crescimento

alterações climáticas

gestão da dívida

anti-corrupção/governança

Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Os dados cobrem o período entre janeiro de 2020 e setembro de 2021. Os dados sobre o desenvolvimento de capacidades cobrem o EF 2020-21.

## Apêndice estatístico

Salvo indicação em contrário, os dados e as projeções utilizados neste relatório sobre as *Perspetivas Económicas Regionais* têm como base as estimativas do corpo técnico do FMI até 30 de setembro de 2021 e correspondem às projeções subjacentes à edição de outubro de 2021 do *World Economic Outlook* (WEO).

Os dados e as projeções abrangem 45 países da África Subariana servidos pelo Departamento de África do FMI. As definições dos dados seguem, na medida do possível, as metodologias estatísticas internacionalmente reconhecidas. Nalguns casos, porém, a ausência de dados limita as comparações internacionais.

### Grupos de países

Os países são agregados em três grupos (sem sobreposição): exportadores de petróleo, outros países ricos em recursos naturais e países não ricos em recursos naturais (ver na página 29 o quadro com os grupos de países).

Os exportadores de petróleo são os países cujas exportações líquidas de petróleo representam no mínimo 30% das exportações totais.

Os outros países ricos em recursos naturais são aqueles em que os recursos naturais não renováveis representam no mínimo 25% das exportações totais.

Os países não ricos em recursos naturais são aqueles que não pertencem nem ao grupo dos países exportadores de petróleo nem ao grupo de outros países ricos em recursos naturais.

Os países são também agregados em quatro grupos (com alguma sobreposição): países exportadores de petróleo, países de rendimento médio, países de baixo rendimento e países em situação frágil (ver na página 30 o quadro com os grupos de países).

A composição desses grupos reflete os dados mais recentes sobre o rendimento nacional bruto per capita (média sobre três anos) e a pontuação no índice CPIA do Banco Mundial de avaliação das políticas e instituições nacionais (média sobre três anos).

Os países de rendimento médio são aqueles com rendimento nacional bruto per capita superior a 1.045 USD no período 2018–20 (Banco Mundial, utilizando o método Atlas).

Os países de baixo rendimento são aqueles com rendimento nacional bruto per capita igual ou inferior a 1.045 USD no período 2018–20 (Banco Mundial, método Atlas).

Os países em situação frágil são aqueles com pontuação CPIA média igual ou inferior a 3,2 no período 2016–18 e/ou com a presença de uma missão de manutenção ou de restabelecimento da paz nos últimos três anos.

O quadro na página 29 mostra a participação dos países da África Subariana nos grandes órgãos de cooperação regionais, designadamente: a zona do franco CFA, que compreende a União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA) e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); a Comunidade da África Oriental (CAO-5); a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); e a União Aduaneira da África Austral (SACU). Os dados agregados da CAO-5 incluem o Ruanda e o Burundi, que passaram a integrar o grupo em 2007.

### Métodos de agregação

Nos quadros AE1 e AE3, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente ao crescimento do PIB real e à moeda em sentido lato são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra (PPC) e expressa em percentagem do PIB total do grupo. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados WEO.

No quadro AE1, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente aos preços no consumidor são calculadas como a média geométrica dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela PPC e expressa em percentagem do PIB total do grupo. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados WEO.

Nos quadros AE2–AE4, as cifras compósitas dos grupos de países, à exceção da moeda em sentido lato, são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB em dólares dos Estados Unidos (USD) às taxas de câmbio de mercado, e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países.

## África Subsariana: Grupos de países

Países exportadores de petróleo	Outros países ricos em recursos naturais	Países não ricos em recursos	Países de rendimento médio	Países de baixo rendimento		Países em situação frágil
Angola	África do Sul	Benim	África do Sul	Benim	Maláui	Burundi
Camarões	Botsuana	Burundi	Angola	Burquina Faso	Mali	Chade
Chade	Burquina Faso	Cabo Verde	Botsuana	Burundi	Moçambique	Comores
Congo, Rep. do	Congo, Rep.	Comores	Cabo Verde	Chade	Níger	Congo, Rep.
Gabão	Dem. do	Côte d'Ivoire	Camarões	Congo, Rep.	Rep. Centro-Africana	Dem. do
Guiné Equatorial	Gana	Eritreia	Comores	Dem. do	Ruanda	Congo, Rep. do
Nigéria	Guiné	Essuatíni	Congo, Rep. do	Eritreia	Serra Leoa	Côte d'Ivoire
Sudão do Sul	Libéria	Etiópia	Côte d'Ivoire	Etiópia	Sudão do Sul	Eritreia
	Mali	Gâmbia	Essuatíni	Gâmbia	Tanzânia	Gâmbia
	Namíbia	Guiné-Bissau	Gabão	Guiné	Togo	Guiné-Bissau
	Níger	Lesoto	Gana	Guiné-Bissau	Uganda	Libéria
	Rep. Centro-Africana	Madagáscar	Guiné Equatorial	Libéria	Madagáscar	Maláui
	Serra Leoa	Maláui	Lesoto	Madagáscar	Zimbabué	Mali
	Tanzânia	Maurícias	Maurícias			Rep. Centro-Africana
	Zâmbia	Moçambique	Namíbia			São Tomé e Príncipe
	Zimbabué	Quênia	Nigéria			Serra Leoa
		Ruanda	Quênia			Sudão do Sul
		São Tomé e Príncipe	São Tomé e Príncipe			Togo
		Seicheles	Seicheles			Zimbabué
		Senegal	Senegal			
		Togo	Zâmbia			
		Uganda				

## África Subsariana: Países membros de grupos regionais

União Económica e Monetária da Oeste-Africana (UEMOA)	Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC)	Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA)	Comunidade da África Oriental (*CAO-5)	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	União Aduaneira da África Austral (SACU)	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
Benim	Camarões	Burundi	*Burundi	África do Sul	África do Sul	Benim
Burquina Faso	Chade	Comores	*Quênia	Angola	Botsuana	Burquina Faso
Côte d'Ivoire	Congo, Rep. do	Congo, Rep.	*Ruanda	Botsuana	Essuatíni	Cabo Verde
Guiné-Bissau	Gabão	Dem. do	Sudão do Sul	Comores	Lesoto	Côte d'Ivoire
Mali	Guiné Equatorial	Eritreia	*Tanzânia	Congo, Rep.	Namíbia	Gâmbia
Níger	Rep. Centro-Africana	Essuatíni	*Uganda	Dem. do		Gana
Senegal		Etiópia		Essuatíni		Guiné
Togo		Madagáscar		Lesoto		Guiné-Bissau
		Maláui		Madagáscar		Libéria
		Maurícias		Maláui		Mali
		Quênia		Maurícias		Níger
		Ruanda		Moçambique		Nigéria
		Seicheles		Namíbia		Senegal
		Uganda		Seicheles		Serra Leoa
		Zâmbia		Tanzânia		Togo
		Zimbabué		Zâmbia		
				Zimbabué		

## Lista de abreviaturas dos países da África Subsariana

Angola	COG	Congo, República do	KEN	Quênia	RWA	Ruanda
Benim	CIV	Côte d'Ivoire	LSO	Lesoto	STP	São Tomé e Príncipe
Botsuana	GNQ	Guiné Equatorial	LBR	Libéria	SEN	Senegal
Burquina Faso	ERI	Eritreia	MDG	Madagáscar	SYC	Seicheles
Burundi	SWZ	Essuatíni	MWI	Maláui	SLE	Serra Leoa
Cabo Verde	ETH	Etiópia	MLI	Mali	ZAF	África do Sul
Camarões	GAB	Gabão	MUS	Maurícias	SSD	Sudão do Sul
República Centro-Africana	GMB	Gâmbia	MOZ	Moçambique	TZA	Tanzânia
Chade	GHA	Gana	NAM	Namíbia	TGO	Togo
Comores	GIN	Guiné	NER	Níger	UGA	Uganda
Congo, República Democrática do	GNB	Guiné-Bissau	NGA	Nigéria	ZMB	Zâmbia
					ZWE	Zimbabué

## Quadros do apêndice estatístico

AE1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor, média.....	28
AE2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública.....	29
AE3. Moeda em sentido lato e balança corrente externa, incl. donativos.....	30
AE4. Dívida externa pública por devedor e reservas.....	31

## Lista de fontes e notas de rodapé dos quadros do apêndice estatístico

### Quadros AE1.–AE3.

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, outubro de 2021.

<sup>1</sup> Dados do exercício orçamental. As projeções para 2022 são omitidas devido a um grau de incerteza inusitadamente elevado.

<sup>2</sup> Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar RTGS (sistema de liquidação por bruto em tempo real, na sigla inglesa), posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as suas estatísticas das contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

### Quadro AE4.

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, outubro de 2021.

<sup>1</sup> Membro da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA); os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da UEMOA.

<sup>2</sup> Membro da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da CEMAC.

<sup>3</sup> Dados do exercício financeiro. As projeções para 2022 são omitidas devido a um grau de incerteza inusitadamente elevado.

<sup>4</sup> Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar RTGS (sistema de liquidação por bruto em tempo real, na sigla inglesa), posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as suas estatísticas das contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AE1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor

	PIB real						Preços no consumidor, média anual					
	(Variação percentual anual)						(Variação percentual anual)					
	2010-17	2018	2019	2020	2021	2022	2010-17	2018	2019	2020	2021	2022
África do Sul	2,0	1,5	0,1	-6,4	5,0	2,2	5,4	4,6	4,1	3,3	4,4	4,5
Angola	3,1	-2,0	-0,5	-5,4	-0,7	2,4	15,5	19,6	17,1	22,3	24,4	14,9
Benim	4,3	6,7	6,9	3,8	5,5	6,5	1,6	0,8	-0,9	3,0	3,0	2,0
Botswana	5,0	4,0	3,0	-8,5	9,2	4,7	5,3	3,2	2,7	1,9	5,8	5,0
Burquina Faso	6,0	6,7	5,7	1,9	6,7	5,6	1,2	2,0	-3,2	1,9	3,0	2,6
Burundi	2,3	1,6	1,8	-1,0	1,6	4,2	7,4	-4,0	-0,7	7,3	5,6	4,6
Cabo Verde	2,2	4,5	5,7	-14,8	4,0	6,5	1,2	1,3	1,1	0,6	1,5	1,6
Camarões	4,7	4,1	3,7	-1,5	3,6	4,6	1,8	1,1	2,5	2,4	2,3	2,0
Chade	3,6	2,3	3,0	-0,8	0,9	2,4	1,5	4,0	-1,0	4,5	2,6	2,8
Comores	3,3	3,6	1,8	-0,5	1,6	3,8	1,8	1,7	3,7	0,8	-1,0	1,2
Congo, República Democrática do	6,5	5,8	4,4	1,7	4,9	5,6	10,1	29,3	4,7	11,4	9,4	6,4
Congo, República do	1,2	-4,8	-0,4	-8,2	-0,2	2,3	2,4	1,2	2,2	1,8	2,0	2,8
Côte d'Ivoire	6,2	6,9	6,2	2,0	6,0	6,5	1,7	0,4	0,8	2,4	3,0	2,5
Eritreia	4,5	13,0	3,8	-0,6	2,9	4,8	5,8	-14,4	-16,4	4,8	4,3	4,2
Essuatíni	2,7	2,4	2,2	-2,4	1,5	1,7	6,2	4,8	2,6	3,9	4,3	4,7
Etiópia <sup>1</sup>	9,9	7,7	9,0	6,1	2,0	...	13,5	13,8	15,8	20,4	25,2	...
Gabão	4,4	0,8	3,9	-1,8	1,5	3,9	1,9	4,8	2,0	1,3	2,0	2,0
Gâmbia	1,9	7,2	6,2	-0,2	4,9	6,0	6,0	6,5	7,1	5,9	7,0	6,3
Gana	6,7	6,2	6,5	0,4	4,7	6,2	11,9	9,8	7,1	9,9	9,3	8,8
Guiné	6,0	6,4	5,6	7,1	5,2	6,3	12,4	9,8	9,5	10,6	11,6	9,9
Guiné Equatorial	-2,7	-6,2	-6,0	-4,9	4,1	-5,6	3,1	1,3	1,2	4,8	0,5	3,1
Guiné-Bissau	4,1	3,4	4,5	-1,4	3,3	4,0	1,5	0,4	0,3	1,5	1,9	2,0
Lesoto	2,7	-1,0	-1,5	-5,4	2,8	1,6	4,9	4,8	5,2	5,0	5,8	5,3
Libéria	4,1	1,2	-2,5	-3,0	3,6	4,7	8,6	23,5	27,0	17,0	5,9	11,8
Madagáscar	2,7	3,2	4,4	-6,1	2,9	4,8	7,3	8,6	5,6	4,2	6,0	6,4
Maláui	4,2	4,4	5,4	0,9	2,2	3,0	17,9	9,2	9,4	8,6	9,5	9,0
Mali	4,3	4,7	4,8	-1,6	4,0	5,3	1,4	1,7	-2,9	0,5	3,0	2,0
Maurícias	3,8	3,8	3,0	-14,9	5,0	6,7	3,3	3,2	0,5	2,5	5,1	6,6
Moçambique	6,2	3,4	2,3	-1,2	2,5	5,3	8,6	3,9	2,8	3,1	6,2	6,4
Namíbia	3,9	1,1	-0,6	-8,0	1,3	3,6	5,5	4,3	3,7	2,2	4,0	4,5
Níger	6,1	7,2	5,9	3,6	5,4	6,6	0,9	2,8	-2,5	2,9	2,9	2,5
Nigéria	4,2	1,9	2,2	-1,8	2,6	2,7	11,8	12,1	11,4	13,2	16,9	13,3
Quênia	5,0	5,6	5,0	-0,3	5,6	6,0	7,6	4,7	5,2	5,2	6,0	5,0
República Centro-Africana	-1,1	3,8	3,0	1,0	-1,0	4,0	5,1	1,6	2,7	2,3	3,7	2,5
Ruanda	6,7	8,6	9,5	-3,4	5,1	7,0	4,2	1,4	2,4	7,7	2,4	4,9
São Tomé e Príncipe	4,7	3,0	2,2	3,0	2,1	2,9	8,8	7,9	7,7	9,8	8,3	7,8
Seicheles	5,0	1,3	1,9	-12,9	6,9	7,7	2,4	3,7	1,8	1,2	10,0	3,7
Senegal	4,7	6,2	4,4	1,5	4,7	5,5	1,1	0,5	1,0	2,5	2,4	2,0
Serra Leoa	5,2	3,5	5,5	-2,2	3,2	5,9	8,3	16,0	14,8	13,4	11,3	13,3
Sudão do Sul	-6,6	-1,9	0,9	-6,6	5,3	6,5	111,2	83,5	51,2	24,0	23,0	24,0
Tanzânia	6,6	7,0	7,0	4,8	4,0	5,1	8,2	3,5	3,4	3,3	3,2	3,4
Togo	5,8	5,0	5,5	1,8	4,8	5,9	1,3	0,9	0,7	1,8	2,7	2,5
Uganda	5,3	5,6	7,7	-0,8	4,7	5,1	7,6	2,6	2,3	2,8	2,2	5,0
Zâmbia	5,4	4,0	1,4	-3,0	1,0	1,1	9,1	7,0	9,2	15,7	22,8	19,2
Zimbabué <sup>2</sup>	7,8	4,8	-6,1	-4,1	5,1	3,1	1,1	10,6	255,3	557,2	92,5	30,7
<b>África Subsariana</b>	<b>4,3</b>	<b>3,3</b>	<b>3,1</b>	<b>-1,7</b>	<b>3,7</b>	<b>3,8</b>	<b>8,3</b>	<b>8,3</b>	<b>8,2</b>	<b>10,3</b>	<b>10,7</b>	<b>8,6</b>
Mediana	4,6	4,0	3,8	-1,4	4,0	4,8	4,8	3,9	2,7	3,9	4,4	4,6
Excl. a África do Sul e a Nigéria	5,3	4,6	4,7	0,0	3,7	4,8	7,9	8,0	8,2	11,4	10,3	8,0
<b>Países exportadores de petróleo</b>	<b>3,8</b>	<b>1,2</b>	<b>1,8</b>	<b>-2,4</b>	<b>2,2</b>	<b>2,7</b>	<b>11,3</b>	<b>12,2</b>	<b>11,1</b>	<b>13,1</b>	<b>15,8</b>	<b>12,0</b>
Excl. a Nigéria	2,8	-0,6	0,7	-4,1	1,1	2,7	10,2	12,4	10,4	12,6	13,0	8,8
<b>Países importadores de petróleo</b>	<b>4,5</b>	<b>4,5</b>	<b>3,9</b>	<b>-1,2</b>	<b>4,5</b>	<b>4,4</b>	<b>6,6</b>	<b>6,2</b>	<b>6,6</b>	<b>8,7</b>	<b>8,1</b>	<b>6,8</b>
Excl. a África do Sul	6,0	5,9	5,6	0,9	4,3	5,3	7,3	6,9	7,7	11,1	9,7	7,8
<b>Países de rendimento médio</b>	<b>3,7</b>	<b>2,4</b>	<b>2,1</b>	<b>-3,0</b>	<b>3,7</b>	<b>3,4</b>	<b>8,3</b>	<b>8,0</b>	<b>7,3</b>	<b>8,5</b>	<b>10,3</b>	<b>8,3</b>
Excl. África do Sul e Nigéria	4,5	3,4	3,5	-1,9	3,8	4,7	7,4	6,8	6,1	7,9	8,8	6,8
<b>Países de baixo rendimento</b>	<b>6,3</b>	<b>6,0</b>	<b>6,0</b>	<b>2,1</b>	<b>3,7</b>	<b>5,0</b>	<b>8,4</b>	<b>9,4</b>	<b>10,8</b>	<b>15,3</b>	<b>12,0</b>	<b>9,3</b>
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	6,9	6,6	7,4	2,9	3,5	5,1	8,5	7,3	7,1	9,5	11,0	9,7
<b>Países em situação frágil</b>	<b>5,1</b>	<b>4,9</b>	<b>3,9</b>	<b>0,5</b>	<b>4,4</b>	<b>5,3</b>	<b>6,3</b>	<b>9,7</b>	<b>12,9</b>	<b>19,6</b>	<b>10,3</b>	<b>6,7</b>
Zona do franco CFA	4,5	4,4	4,4	0,3	4,5	5,0	1,7	1,4	0,3	2,4	2,6	2,3
CEMAC	2,8	1,0	2,0	-2,5	2,6	2,8	2,2	2,1	1,8	2,7	2,1	2,3
UEMOA	5,5	6,4	5,7	1,8	5,5	6,1	1,4	1,0	-0,6	2,2	2,9	2,3
COMESA (membros da ASS)	6,2	5,9	5,7	0,6	3,8	4,9	8,7	9,4	12,3	17,6	14,3	10,8
CAO-5	5,6	6,1	6,3	1,0	4,9	5,6	7,7	3,6	3,9	4,3	4,2	4,5
CEDEAO	4,8	3,5	3,5	-0,6	3,6	4,0	9,6	9,3	8,2	10,2	12,4	9,9
SACU	2,1	1,6	0,2	-6,5	5,0	2,3	5,4	4,6	4,0	3,2	4,5	4,5
SADC	3,3	2,2	1,3	-4,3	3,9	3,0	7,4	8,1	8,7	11,0	9,3	7,0

Ver nota de rodapé na página 30.

Quadro AE2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública												
	Saldo orçamental global, incl. donativos (Em % do PIB)						Dívida pública (Em % do PIB)					
	2010-17	2018	2019	2020	2021	2022	2010-17	2018	2019	2020	2021	2022
África do Sul	-4,0	-3,7	-4,8	-10,8	-8,4	-7,0	41,0	51,6	56,3	69,4	68,8	72,3
Angola	-0,6	2,3	0,8	-1,9	3,2	2,8	46,1	93,0	113,6	136,5	103,7	90,8
Benim	-2,3	-3,0	-0,5	-4,7	-4,5	-3,9	26,2	41,1	41,2	46,1	52,3	48,9
Botsuana	-0,4	-5,1	-8,6	-9,9	-5,0	-6,4	18,5	15,7	16,3	19,5	22,8	27,2
Burquina Faso	-3,3	-4,4	-3,4	-5,7	-5,6	-4,8	28,5	38,0	42,0	46,5	48,2	48,9
Burundi	-4,6	-6,7	-6,4	-6,7	-7,2	-4,6	42,5	53,0	60,3	67,0	72,4	71,2
Cabo Verde	-7,0	-2,7	-1,8	-9,1	-9,1	-5,6	105,3	125,6	124,9	158,1	160,7	152,1
Camarões	-3,5	-2,5	-3,3	-3,3	-2,8	-1,5	23,7	39,6	42,3	45,8	45,8	43,8
Chade	-1,8	1,9	-0,2	2,1	-1,2	1,1	38,1	49,1	52,3	47,9	44,0	44,3
Comores	1,8	-1,3	-4,3	-1,0	-4,2	-4,8	19,2	16,9	19,5	22,3	26,6	29,9
Congo, República Democrática do	0,3	-0,0	-2,0	-2,1	-1,7	-1,2	21,1	15,1	15,0	15,2	11,9	10,1
Congo, República do	-1,8	5,7	4,7	-1,2	1,5	3,1	55,5	77,1	81,7	101,0	85,4	76,9
Côte d'Ivoire	-2,3	-2,9	-2,3	-5,6	-5,6	-4,7	33,3	36,0	38,8	47,7	50,2	51,1
Eritreia	-6,1	4,2	-1,6	-5,0	-4,4	-0,6	173,5	185,6	189,3	184,9	175,1	159,3
Essuatíni	-4,2	-9,6	-7,0	-6,7	-8,0	-8,6	17,8	33,9	40,0	41,2	46,0	50,9
Etiópia <sup>1</sup>	-2,0	-3,0	-2,5	-2,8	-3,0	...	48,7	61,1	57,9	55,4	57,1	...
Gabão	0,8	-0,2	2,1	-2,2	-2,5	0,7	37,6	60,9	59,8	77,4	72,1	63,7
Gâmbia	-4,2	-5,7	-2,5	-2,1	-4,1	-3,1	63,5	83,6	83,0	83,5	82,3	79,1
Gana	-6,6	-6,8	-7,2	-15,7	-14,5	-11,1	45,1	62,0	62,6	78,9	83,5	84,9
Guiné	-3,7	-1,1	-0,5	-2,9	-2,3	-3,1	44,1	39,3	38,4	43,8	47,5	45,8
Guiné Equatorial	-6,4	0,5	1,8	-1,7	-0,8	-1,0	18,8	41,2	43,0	48,9	42,7	45,4
Guiné-Bissau	-2,2	-4,9	-3,9	-9,5	-5,0	-4,5	53,1	59,2	65,9	79,3	79,1	78,1
Lesoto	-4,6	-4,4	-7,6	0,4	-4,8	-1,7	39,8	49,6	50,6	50,4	50,0	50,2
Libéria	-3,5	-5,1	-4,6	-2,6	-1,8	-1,6	25,3	40,1	54,8	61,9	56,6	54,8
Madagáscar	-2,1	-1,3	-1,4	-4,3	-6,4	-4,5	36,4	40,4	38,5	46,0	48,8	49,3
Maláui	-3,1	-4,3	-4,5	-8,1	-8,2	-8,3	31,4	43,9	45,3	54,7	59,3	65,4
Mali	-2,6	-4,7	-1,7	-5,4	-5,5	-4,5	28,8	36,1	40,6	47,4	51,0	50,6
Maurícias	-2,8	-2,2	-8,4	-11,9	-9,0	-6,8	59,8	66,2	84,6	96,9	101,0	99,8
Moçambique	-4,7	-5,6	-0,1	-5,1	-7,3	-8,2	66,6	107,1	105,4	128,5	133,6	127,6
Namíbia	-6,0	-5,1	-5,5	-9,4	-9,8	-8,0	31,0	50,4	59,6	65,3	69,9	72,6
Níger	-3,4	-3,0	-3,6	-5,3	-6,6	-5,3	23,6	36,9	39,8	45,0	48,6	49,5
Nigéria	-2,9	-4,3	-4,7	-5,8	-6,1	-6,0	18,7	27,7	29,2	35,0	35,7	36,9
Quênia	-5,8	-7,0	-7,3	-8,1	-8,0	-6,7	42,6	57,3	59,0	67,6	69,7	70,2
República Centro-Africana	-1,7	-1,0	1,4	-3,4	-3,3	-1,0	43,6	50,0	47,2	44,1	46,5	44,0
Ruanda	-2,1	-2,6	-5,1	-6,2	-3,9	-3,6	27,7	44,9	50,2	60,1	74,8	78,2
São Tomé e Príncipe	-6,5	-1,9	-0,1	2,2	-1,5	-0,5	80,8	93,9	71,6	81,4	60,7	59,1
Seicheles	1,7	0,2	0,9	-18,4	-11,5	-6,7	73,0	59,1	57,7	96,5	81,9	82,8
Senegal	-3,9	-3,7	-3,9	-6,4	-5,4	-4,2	41,0	61,5	63,8	68,7	71,9	70,1
Serra Leoa	-5,3	-5,6	-3,1	-5,6	-3,8	-3,3	45,8	69,1	71,7	73,7	71,1	68,0
Sudão do Sul	-8,0	-0,6	0,0	-1,8	7,4	9,0	41,2	46,3	31,3	35,8	64,4	35,1
Tanzânia	-3,2	-1,9	-1,7	-1,8	-3,3	-3,4	34,3	40,5	39,0	39,1	39,7	39,6
Togo	-4,2	-0,6	1,6	-6,9	-6,0	-5,0	45,5	57,0	52,4	60,3	62,9	62,6
Uganda	-3,0	-3,0	-4,8	-7,6	-5,9	-4,4	24,5	34,8	37,0	44,1	49,1	50,2
Zâmbia	-5,2	-8,3	-9,4	-12,9	-8,5	-7,8	40,2	80,4	97,4	128,7	101,0	106,8
Zimbabué <sup>2</sup>	-2,9	-8,5	-1,2	1,7	-0,0	-0,6	44,9	61,5	113,9	86,1	54,0	60,3
<b>África Subsariana</b>	<b>-3,2</b>	<b>-3,5</b>	<b>-3,9</b>	<b>-6,6</b>	<b>-6,0</b>	<b>-5,2</b>	<b>33,5</b>	<b>47,5</b>	<b>50,4</b>	<b>57,3</b>	<b>56,6</b>	<b>56,4</b>
<i>Mediana</i>	-3,2	-3,0	-2,5	-5,3	-5,0	-4,4	37,5	50,0	52,4	60,1	59,3	59,7
Excl. a África do Sul e a Nigéria	-3,0	-3,0	-3,2	-5,5	-4,8	-4,0	38,3	54,9	58,3	63,3	61,7	60,2
<b>Países exportadores de petróleo</b>	<b>-2,5</b>	<b>-2,6</b>	<b>-3,3</b>	<b>-4,8</b>	<b>-4,4</b>	<b>-4,1</b>	<b>25,4</b>	<b>41,9</b>	<b>43,9</b>	<b>48,8</b>	<b>46,1</b>	<b>44,5</b>
Excl. a Nigéria	-1,8	1,2	0,3	-1,9	0,4	1,3	39,5	71,9	80,5	88,4	74,8	67,2
<b>Países importadores de petróleo</b>	<b>-3,8</b>	<b>-4,0</b>	<b>-4,3</b>	<b>-7,6</b>	<b>-6,8</b>	<b>-5,7</b>	<b>39,3</b>	<b>50,7</b>	<b>54,1</b>	<b>61,8</b>	<b>62,2</b>	<b>63,2</b>
Excl. a África do Sul	-3,6	-4,2	-4,1	-6,2	-6,0	-5,1	38,2	50,2	52,9	58,3	58,8	58,7
<b>Países de rendimento médio</b>	<b>-3,4</b>	<b>-3,7</b>	<b>-4,4</b>	<b>-7,7</b>	<b>-6,7</b>	<b>-5,7</b>	<b>32,7</b>	<b>47,7</b>	<b>50,9</b>	<b>59,6</b>	<b>58,6</b>	<b>58,8</b>
Excl. África do Sul e Nigéria	-3,2	-3,2	-4,0	-7,3	-5,8	-4,6	39,2	61,0	66,0	74,9	71,3	69,7
<b>Países de baixo rendimento</b>	<b>-2,7</b>	<b>-2,8</b>	<b>-2,3</b>	<b>-3,4</b>	<b>-3,7</b>	<b>-3,3</b>	<b>37,0</b>	<b>46,8</b>	<b>49,0</b>	<b>50,4</b>	<b>50,4</b>	<b>49,0</b>
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	-2,9	-2,9	-2,7	-3,9	-4,3	-4,0	38,0	50,9	50,4	52,7	55,3	53,4
<b>Países em situação frágil</b>	<b>-2,3</b>	<b>-2,2</b>	<b>-1,5</b>	<b>-3,4</b>	<b>-3,2</b>	<b>-2,6</b>	<b>36,3</b>	<b>41,7</b>	<b>46,8</b>	<b>49,7</b>	<b>46,9</b>	<b>46,3</b>
Zona do franco CFA	-2,7	-2,0	-1,5	-4,4	-4,2	-3,0	31,9	45,2	47,4	53,8	54,5	53,2
CEMAC	-2,7	0,0	-0,1	-2,0	-1,8	-0,2	31,8	50,3	52,2	58,2	54,8	51,7
UEMOA	-2,9	-3,3	-2,4	-5,7	-5,5	-4,6	32,6	42,0	44,4	51,3	54,3	54,1
COMESA (membros da ASS)	-3,2	-4,4	-4,7	-5,5	-5,2	-4,4	39,2	51,8	55,8	59,5	57,8	57,5
CAO-5	-4,3	-4,6	-5,2	-6,0	-6,0	-5,1	35,6	47,9	48,9	54,7	57,4	57,8
CEDEAO	-3,2	-4,3	-4,3	-6,7	-6,7	-6,0	24,3	35,4	36,8	44,2	45,8	46,2
SACU	-4,0	-3,9	-5,0	-10,6	-8,3	-7,0	39,6	50,0	54,6	66,9	66,7	70,2
SADC	-3,2	-2,9	-3,7	-7,6	-6,0	-5,1	40,3	55,4	61,6	70,2	65,7	66,7

Ver nota de rodapé na página 30.

## Quadro AE3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos

	Moeda em sentido lato						Conta corrente externa, incl. donativos					
	(Em % do PIB)						(Em % do PIB)					
	2010-17	2018	2019	2020	2021	2022	2010-17	2018	2019	2020	2021	2022
África do Sul	66,5	66,2	67,1	74,6	72,7	72,1	-3,4	-3,2	-2,7	2,0	2,9	-0,9
Angola	35,3	30,6	33,1	37,6	31,1	30,4	2,8	7,3	6,1	1,5	7,3	5,7
Benim	27,8	27,9	27,8	30,5	30,5	30,5	-5,1	-4,6	-4,0	-3,9	-4,0	-4,3
Botsuana	45,1	45,5	47,5	52,0	50,3	49,8	2,4	0,7	-8,4	-10,6	-4,0	-1,9
Burquina Faso	29,4	39,3	40,7	45,0	47,5	50,8	-5,0	-4,1	-3,3	-0,1	-2,5	-4,1
Burundi	24,7	30,1	35,7	42,1	45,2	50,1	-14,5	-11,4	-11,6	-10,4	-15,4	-14,4
Cabo Verde	91,5	100,0	102,0	125,3	121,3	118,2	-8,8	-5,2	-0,4	-15,9	-13,2	-8,7
Camarões	21,8	24,4	24,4	27,2	28,8	29,3	-3,3	-3,6	-4,3	-3,7	-2,8	2,2
Chade	13,9	14,3	17,0	20,6	20,8	20,9	-8,9	-1,4	-4,8	-8,1	-5,2	-4,7
Comores	23,7	28,2	28,1	31,2	35,6	34,2	-2,7	-2,9	-3,3	-1,7	-4,1	-7,6
Congo, República Democrática do	11,8	12,5	15,5	20,7	21,1	22,1	-5,6	-3,5	-3,2	-2,2	-2,1	-1,8
Congo, República do	27,8	22,4	24,4	36,4	41,1	46,8	-6,0	-0,1	0,4	-0,1	12,1	6,3
Côte d'Ivoire	11,1	10,2	11,7	13,9	13,2	12,8	0,6	-3,9	-2,3	-3,5	-3,8	-3,4
Eritreia	193,9	239,7	241,5	235,2	230,3	220,1	11,7	15,4	12,1	10,9	12,4	12,7
Essuatíni	26,1	29,2	28,4	32,4	33,5	33,6	5,0	1,3	4,3	6,7	1,4	-0,7
Etiópia <sup>1</sup>	27,9	33,7	33,0	30,8	33,1	...	-7,0	-6,5	-5,3	-4,6	-2,9	...
Gabão	23,2	24,3	23,3	28,0	27,4	29,0	5,8	-2,1	-0,9	-6,0	-3,8	-2,0
Gâmbia	36,1	41,9	47,2	54,4	54,6	52,8	-7,8	-9,5	-6,1	-3,6	-12,7	-13,3
Gana	23,5	24,8	26,1	31,4	33,0	32,7	-6,4	-3,0	-2,7	-3,1	-2,2	-3,5
Guiné	24,5	23,2	24,5	25,4	24,7	25,0	-15,2	-19,5	-11,5	-13,7	-8,5	-11,2
Guiné Equatorial	15,1	15,7	16,0	17,3	16,2	18,0	-8,6	-5,3	-6,1	-6,3	-4,2	-5,2
Guiné-Bissau	35,8	43,7	43,4	48,4	46,1	45,9	-2,1	-3,6	-8,8	-8,3	-5,5	-5,0
Lesoto	34,6	35,1	36,5	43,1	41,8	40,3	-7,1	-1,4	-2,2	-2,1	-13,3	-9,6
Libéria	20,3	19,6	20,9	25,5	22,9	22,3	-17,7	-21,5	-19,4	-17,5	-16,6	-20,5
Madagáscar	22,7	25,7	24,8	28,4	32,4	33,9	-3,9	0,7	-2,3	-5,3	-5,8	-4,6
Maláui	17,2	16,5	15,7	17,4	17,4	17,4	-9,2	-14,4	-11,9	-14,2	-15,8	-15,1
Mali	26,2	29,0	29,6	36,5	37,0	37,0	-5,7	-4,9	-7,5	-0,2	-5,3	-5,0
Maurícias	102,9	115,3	120,8	163,7	185,5	156,1	-6,8	-3,9	-5,4	-12,6	-18,6	-8,9
Moçambique	31,6	34,7	36,9	43,3	43,5	45,4	-30,7	-30,3	-19,6	-27,2	-34,0	-23,0
Namíbia	58,4	57,6	63,5	70,7	70,7	70,7	-8,9	-3,4	-1,8	2,4	-7,3	-3,9
Niger	17,3	15,8	17,1	19,2	19,8	20,9	-12,9	-12,6	-12,6	-13,5	-15,4	-16,1
Nigéria	21,7	25,4	23,9	25,7	25,2	25,8	1,9	1,5	-3,3	-4,0	-3,2	-2,2
Quênia	37,0	35,7	34,4	37,1	37,0	37,0	-7,1	-5,5	-5,5	-4,4	-5,0	-5,1
República Centro-Africana	22,2	27,1	28,0	30,2	29,5	29,3	-7,5	-8,0	-4,9	-8,6	-6,9	-6,1
Ruanda	21,0	24,9	25,7	28,9	29,8	29,9	-9,9	-10,1	-12,1	-12,2	-13,4	-12,2
São Tomé e Príncipe	37,6	35,6	31,8	32,4	33,2	33,3	-17,4	-12,3	-12,1	-14,1	-11,3	-7,5
Seicheles	64,5	79,5	87,8	125,8	122,8	121,3	-19,7	-18,9	-16,1	-29,5	-28,9	-24,1
Senegal	32,2	40,9	41,6	45,1	45,3	45,6	-6,4	-8,8	-8,1	-10,2	-12,2	-11,6
Serra Leoa	21,8	23,0	23,0	28,5	28,4	26,7	-24,9	-18,6	-22,2	-16,7	-15,9	-14,3
Sudão do Sul	18,9	13,5	15,6	21,7	23,0	18,8	2,9	7,3	2,1	-5,8	-19,7	0,8
Tanzânia	22,8	20,4	20,4	21,3	21,6	21,6	-8,1	-3,1	-2,5	-1,8	-3,2	-3,8
Togo	35,3	43,1	42,0	46,1	47,8	48,0	-5,7	-2,6	-0,8	-1,5	-2,7	-2,7
Uganda	17,1	18,4	19,4	22,1	23,6	23,2	-5,7	-5,7	-6,4	-9,6	-8,9	-7,3
Zâmbia	19,8	22,9	23,6	29,3	29,9	32,2	1,4	-1,3	0,6	10,4	13,5	14,9
Zimbabuê <sup>2</sup>	23,8	42,6	21,9	18,1	18,9	21,0	-10,6	-5,9	4,7	5,8	4,9	3,8
<b>África Subariana</b>	<b>34,7</b>	<b>35,7</b>	<b>35,6</b>	<b>38,8</b>	<b>38,6</b>	<b>38,4</b>	<b>-2,5</b>	<b>-2,4</b>	<b>-3,4</b>	<b>-3,0</b>	<b>-2,2</b>	<b>-2,7</b>
<i>Mediana</i>	25,6	28,2	28,0	31,2	33,0	33,0	-6,0	-3,9	-4,3	-4,6	-5,2	-4,9
Excl. a África do Sul e a Nigéria	27,7	29,2	29,6	32,6	33,0	32,7	-4,6	-3,8	-3,7	-4,3	-3,9	-3,6
<b>Países exportadores de petróleo</b>	<b>23,5</b>	<b>25,6</b>	<b>25,0</b>	<b>27,4</b>	<b>26,3</b>	<b>26,8</b>	<b>1,4</b>	<b>1,8</b>	<b>-2,0</b>	<b>-3,5</b>	<b>-1,9</b>	<b>-1,4</b>
Excl. a Nigéria	27,8	26,0	27,5	31,7	29,0	29,2	0,1	2,6	1,2	-2,2	1,7	1,3
<b>Países importadores de petróleo</b>	<b>41,9</b>	<b>41,5</b>	<b>41,5</b>	<b>45,1</b>	<b>45,3</b>	<b>44,5</b>	<b>-5,3</b>	<b>-4,8</b>	<b>-4,2</b>	<b>-2,7</b>	<b>-2,4</b>	<b>-3,4</b>
Excl. a África do Sul	27,7	30,0	30,1	32,8	33,9	33,4	-6,7	-5,6	-4,9	-4,7	-5,1	-4,6
<b>Países de rendimento médio</b>	<b>37,7</b>	<b>38,5</b>	<b>38,5</b>	<b>42,4</b>	<b>41,8</b>	<b>41,5</b>	<b>-1,1</b>	<b>-1,2</b>	<b>-2,7</b>	<b>-2,1</b>	<b>-1,0</b>	<b>-1,8</b>
Excl. África do Sul e Nigéria	30,7	30,8	31,7	36,1	35,8	35,3	-2,0	-1,7	-2,2	-3,2	-2,1	-2,1
<b>Países de baixo rendimento</b>	<b>23,9</b>	<b>27,2</b>	<b>27,1</b>	<b>28,8</b>	<b>29,9</b>	<b>29,7</b>	<b>-8,6</b>	<b>-6,7</b>	<b>-5,6</b>	<b>-5,5</b>	<b>-6,0</b>	<b>-5,4</b>
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	24,0	27,2	27,3	28,3	29,8	29,4	-9,6	-7,2	-6,3	-6,5	-7,0	-6,2
<b>Países em situação frágil</b>	<b>20,8</b>	<b>22,5</b>	<b>22,4</b>	<b>25,7</b>	<b>25,8</b>	<b>26,0</b>	<b>-5,2</b>	<b>-5,3</b>	<b>-3,9</b>	<b>-3,8</b>	<b>-3,5</b>	<b>-3,5</b>
Zona do franco CFA	21,4	23,8	24,6	28,1	28,6	29,3	-3,6	-4,5	-4,3	-4,6	-4,5	-4,6
CEMAC	20,5	21,8	22,3	26,2	27,2	28,5	-3,5	-2,9	-3,3	-4,6	-1,7	-1,9
UEMOA	22,1	24,9	25,8	29,1	29,3	29,6	-3,9	-5,6	-4,9	-4,6	-6,1	-6,1
COMESA (membros da ASS)	29,5	32,9	32,1	34,4	36,1	35,1	-6,1	-5,2	-4,5	-4,1	-3,9	-3,2
CAO-5	27,3	27,3	26,9	29,1	29,6	29,6	-7,4	-5,1	-5,2	-5,0	-5,7	-5,6
CEDEAO	22,2	25,3	24,8	27,4	27,3	27,7	-0,4	-1,2	-3,9	-4,4	-4,1	-3,6
SACU	64,8	64,5	65,6	72,9	71,1	70,4	-3,3	-3,0	-2,8	1,5	2,2	-1,0
SADC	50,2	49,0	49,5	54,9	53,9	53,2	-3,4	-2,4	-2,0	-0,1	0,7	-1,0

Ver nota de rodapé na página 30.

Quadro AE4. Dívida externa pública por devedor e reservas												
	Dívida externa pública por devedor						Reservas					
	(Em % do PIB)						(Em meses de importações de bens e serviços)					
	2010-17	2018	2019	2020	2021	2022	2010-17	2018	2019	2020	2021	2022
África do Sul	13,3	16,6	20,2	26,1	22,7	23,3	5,3	6,0	8,6	6,8	6,5	6,1
Angola	26,8	48,6	59,5	88,9	77,6	74,0	8,3	8,7	13,6	9,7	9,6	9,5
Benim <sup>1</sup>	13,6	18,6	23,8	27,7	35,0	34,5	...	...	...	...	...	...
Botsuana	16,0	12,4	11,8	11,7	10,9	11,8	11,8	10,7	10,1	7,3	7,3	7,4
Burquina Faso <sup>1</sup>	21,2	20,9	23,2	25,4	23,6	22,7	...	...	...	...	...	...
Burundi	20,4	16,9	18,3	17,7	20,3	19,4	3,0	0,8	1,3	0,9	3,1	2,6
Cabo Verde	78,2	100,2	101,9	135,2	129,6	123,3	5,0	5,8	8,9	6,6	6,6	6,4
Camarões <sup>2</sup>	15,3	27,6	29,7	33,2	32,6	32,0	...	...	...	...	...	...
Chade <sup>2</sup>	24,0	24,9	24,4	27,0	24,8	25,1	...	...	...	...	...	...
Comores	18,0	15,3	19,6	24,1	25,6	29,3	7,0	7,0	7,0	8,4	9,0	8,6
Congo, República Democrática do	16,1	12,6	12,8	12,4	10,2	8,7	1,1	0,5	0,8	0,6	1,0	1,4
Congo, República do <sup>2</sup>	23,2	28,8	31,0	36,2	29,2	28,0	...	...	...	...	...	...
Côte d'Ivoire <sup>1</sup>	24,1	27,3	30,0	34,2	34,0	33,5	...	...	...	...	...	...
Eritreia	63,3	64,4	61,7	58,1	54,1	49,2	3,9	2,6	2,1	1,8	2,9	4,2
Essuatíni	8,0	10,0	12,7	15,5	18,5	20,0	4,0	2,8	3,2	3,1	3,8	3,3
Etiópia <sup>3</sup>	23,2	30,6	28,5	29,1	31,1	...	2,0	1,7	2,2	2,0	1,8	...
Gabão <sup>2</sup>	26,0	38,5	38,9	49,0	42,6	41,8	...	...	...	...	...	...
Gâmbia	33,8	45,5	46,4	48,0	47,5	47,1	3,9	2,7	3,9	4,7	5,6	5,4
Gana	22,3	34,0	29,6	36,1	36,2	36,9	2,8	2,4	3,2	3,2	3,2	3,0
Guiné	27,6	19,9	19,7	25,1	33,4	34,9	2,2	2,3	1,5	1,8	2,6	2,6
Guiné Equatorial <sup>2</sup>	7,6	12,2	13,9	16,4	16,2	20,7	...	...	...	...	...	...
Guiné-Bissau <sup>1</sup>	23,9	21,0	24,0	27,1	26,2	24,6	...	...	...	...	...	...
Lesoto	34,4	38,5	40,0	42,0	31,9	28,6	4,9	4,0	3,9	3,8	4,6	4,6
Libéria	13,6	29,2	35,2	40,7	39,8	39,5	2,1	2,2	2,3	2,6	4,8	4,9
Madagáscar	22,9	25,8	26,9	33,5	35,4	35,6	3,0	4,3	5,3	5,2	5,6	5,2
Maláui	16,5	24,9	28,0	31,7	31,2	30,4	2,2	3,0	3,0	2,9	2,8	2,6
Mali <sup>1</sup>	22,0	22,5	26,3	31,9	30,0	27,7	...	...	...	...	...	...
Maurícias	14,0	11,2	10,9	21,1	29,0	28,9	6,5	10,3	16,9	13,4	11,1	9,9
Moçambique	56,1	89,9	90,9	100,5	90,8	89,1	3,2	3,8	5,5	4,7	4,6	3,7
Namíbia	10,2	15,5	20,2	23,7	19,6	18,2	3,0	4,5	5,4	4,5	4,4	4,5
Niger <sup>1</sup>	16,2	23,2	25,4	33,0	32,0	31,8	...	...	...	...	...	...
Nigéria	2,6	6,8	6,7	8,4	8,3	8,3	6,0	5,1	6,3	5,1	4,8	4,4
Quênia	21,3	29,7	30,7	31,6	34,2	34,7	4,2	4,9	6,1	4,7	5,2	4,6
República Centro-Africana <sup>2</sup>	24,9	35,9	35,8	37,0	35,5	34,6	...	...	...	...	...	...
Ruanda	24,5	43,7	49,2	53,7	61,1	64,9	3,7	4,2	4,8	5,0	4,8	4,4
São Tomé e Príncipe	77,9	66,3	65,4	64,9	60,7	59,1	4,0	2,7	3,3	4,8	4,6	4,9
Seicheles	39,7	29,1	28,1	43,8	55,3	50,3	3,3	3,7	5,2	4,4	4,4	4,2
Senegal <sup>1</sup>	28,2	45,1	47,6	48,6	45,9	43,4	...	...	...	...	...	...
Serra Leoa	29,4	38,9	40,9	46,6	46,4	44,9	2,8	3,3	4,1	4,9	6,1	5,1
Sudão do Sul	...	...	...	...	...	...	2,1	0,1	0,3	0,5	0,8	0,8
Tanzânia	24,4	28,9	28,1	28,2	28,0	27,3	4,5	5,8	5,8	5,7	5,3	5,5
Togo <sup>1</sup>	12,6	14,9	17,6	24,5	25,3	25,0	...	...	...	...	...	...
Uganda	14,6	23,2	25,4	30,2	31,9	33,1	4,7	3,9	3,7	3,9	4,3	3,8
Zâmbia	19,8	38,2	48,7	62,4	59,1	49,4	2,9	2,1	2,5	1,3	2,8	0,4
Zimbabué <sup>4</sup>	35,3	30,0	36,7	32,6	27,6	25,5	0,5	0,2	0,4	0,1	2,0	1,8
<b>África Subsariana</b>	<b>14,6</b>	<b>21,7</b>	<b>23,1</b>	<b>27,1</b>	<b>26,0</b>	<b>25,3</b>	<b>5,0</b>	<b>4,7</b>	<b>6,1</b>	<b>4,8</b>	<b>4,9</b>	<b>4,6</b>
Mediana	21,1	27,5	28,1	32,2	32,0	32,0	3,7	3,7	3,9	4,5	4,6	4,4
Excl. a África do Sul e a Nigéria	22,4	30,8	32,4	36,4	36,0	35,1	4,3	3,9	4,9	3,9	4,2	4,1
<b>Países exportadores de petróleo</b>	<b>9,1</b>	<b>16,7</b>	<b>17,1</b>	<b>20,4</b>	<b>19,3</b>	<b>18,3</b>	<b>6,1</b>	<b>5,3</b>	<b>6,9</b>	<b>5,2</b>	<b>5,2</b>	<b>5,0</b>
Excl. a Nigéria	23,1	38,4	43,7	55,9	50,2	48,9	6,4	5,7	8,3	5,6	6,4	6,8
<b>Países importadores de petróleo</b>	<b>18,6</b>	<b>24,4</b>	<b>26,4</b>	<b>30,6</b>	<b>29,5</b>	<b>29,3</b>	<b>4,2</b>	<b>4,4</b>	<b>5,6</b>	<b>4,5</b>	<b>4,7</b>	<b>4,4</b>
Excl. a África do Sul	22,4	28,8	29,7	32,6	33,0	32,3	3,4	3,4	4,1	3,5	3,8	3,6
<b>Países de rendimento médio</b>	<b>12,6</b>	<b>19,8</b>	<b>21,4</b>	<b>25,8</b>	<b>24,5</b>	<b>23,9</b>	<b>5,5</b>	<b>5,3</b>	<b>7,0</b>	<b>5,4</b>	<b>5,4</b>	<b>5,1</b>
Excl. África do Sul e Nigéria	21,8	32,8	35,2	41,4	40,5	39,6	5,2	4,8	6,4	4,7	5,2	5,0
<b>Países de baixo rendimento</b>	<b>23,6</b>	<b>28,2</b>	<b>28,8</b>	<b>30,8</b>	<b>30,7</b>	<b>29,9</b>	<b>2,8</b>	<b>2,7</b>	<b>3,0</b>	<b>2,9</b>	<b>3,1</b>	<b>3,1</b>
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	24,1	32,1	32,1	34,1	34,9	34,2	3,4	3,6	3,9	3,7	3,7	3,7
<b>Países em situação frágil</b>	<b>23,0</b>	<b>23,8</b>	<b>25,6</b>	<b>28,2</b>	<b>27,1</b>	<b>26,2</b>	<b>2,6</b>	<b>1,7</b>	<b>2,1</b>	<b>2,1</b>	<b>2,6</b>	<b>2,6</b>
Zona do franco CFA	20,1	27,2	29,6	33,9	32,7	32,2	4,8	3,9	5,0	4,8	5,6	5,1
CEMAC	18,3	27,5	29,1	33,7	31,1	31,3	4,5	2,7	3,6	3,1	4,0	4,4
UEMOA	21,8	27,0	29,9	34,0	33,7	32,7	5,0	4,7	5,9	5,8	6,6	5,5
COMESA (membros da ASS)	20,8	26,9	28,1	30,3	31,3	30,4	3,1	3,1	3,9	3,1	3,5	3,2
CAO-5	21,0	28,8	29,7	31,2	33,0	33,4	4,3	4,9	5,5	4,8	5,0	4,7
CEDEAO	8,6	15,0	15,0	18,3	18,3	17,8	5,1	4,2	5,3	4,4	4,3	4,0
SACU	13,4	16,5	19,9	25,4	22,2	22,7	5,5	6,1	8,5	6,7	6,4	6,1
SADC	18,2	24,3	27,8	33,8	30,3	29,7	5,3	5,7	7,8	6,0	5,9	5,6

Ver nota de rodapé na página 30.